



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
***CAMPUS ERECHIM***  
**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MATHEUS HENRIQUE GOMES PEREIRA**

**DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES**  
**ELEMENTOS DA PROSPERIDADE**

Erechim

2019

MATHEUS HENRIQUE GOMES PEREIRA

**DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES**  
**ELEMENTOS DA PROSPERIDADE**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Michel Rebello

Erechim  
2019

Pereira, Matheus Henrique Gomes  
Desenvolvimento e Instituições: Elementos da  
prosperidade / Matheus Henrique Gomes Pereira. -- 2019.  
56 f.:il.

Orientador: Doutor Maurício Michel Rebello.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Ciências Sociais-Licenciatura, Erechim, RS, 2019.

1. Desenvolvimento. 2. Instituições. 3. Liberdade. 4.  
Qualidade de vida. 5. Análise comparada. I. Rebello,  
Maurício Michel, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

**MATHEUS HENRIQUE GOMES PEREIRA**

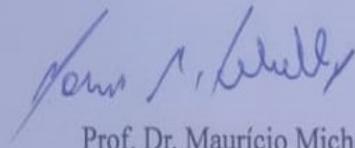
**DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES: ELEMENTOS DA PROSPERIDADE**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

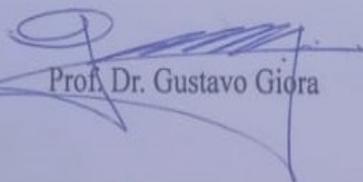
Orientador: Prof. Dr. Maurício Michel Rebello

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 05 de Dezembro de 2019.

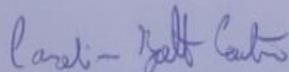
Banca examinadora:



Prof. Dr. Maurício Michel Rebello



Prof. Dr. Gustavo Giora



Prof. Dra. Carolina Rigotti Coutinho

Para Miguel Pinto Pereira.

## AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica percorrida até o presente momento não é longa, mas requer o reconhecimento de todos aqueles que, de algum modo, são parte desse processo. Evidentemente, correrei o risco de deixar de mencionar alguns nomes, portanto, agradeço primeiramente de modo geral a todos os familiares, amigos, professores e colegas de curso.

Agradeço em especial a meu filho, Miguel Pinto Pereira, que atribuiu um sentido maior para a conclusão desse trabalho e é, atualmente, meu maior incentivo. Agradeço também a minha companheira, Franciely Camargo Pinto, pelo auxílio prestado a elaboração desse trabalho, por ter aguentado minhas aflições com a pesquisa e por todo apoio nesses últimos cinco anos. Também agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Ariel Gomes Pereira e Cybelle Gomes Pereira, e a minha avó, Marilene Gomes, pelo apoio e auxílio em minha formação.

Ao corpo docente, gostaria de agradecer honrosamente ao Professor Maurício Michel Rebello pelas orientações realizadas, pela amizade e por ter definitivamente me inserido no mundo da Ciência Política. Certamente, possuo uma grande dívida por tudo que me foi proporcionado e pelos três anos de trabalho em conjunto. Do mesmo modo, agradeço ao Professor Gustavo Giora pela predisposição em auxiliar a pesquisa, pelas conversas e por ter despertado meu interesse na Ciência Política. Ambos foram pessoas muito influentes em minha formação e são profissionais que possuo enorme admiração e respeito.

Por fim, gostaria de agradecer a Universidade Federal da Fronteira Sul pelo apoio institucional, que me proporcionou diversas oportunidades ao longo desses cinco anos. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, assim como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, pelos programas desenvolvidos dos quais tive o privilégio de ter sido contemplado. A disposição de programas como o PIBID, PIBIC, Residência Pedagógica, foram fundamentais para a minha capacitação profissional e o desenvolvimento da minha graduação. Todos esses programas repercutem direta ou indiretamente neste trabalho.

## RESUMO

Investigar os fatores que constituem o desenvolvimento é um ofício substancial para a compreensão das diferenças de qualidade de vida entre as nações. Para Acemoglu e Robinson (2012), as instituições possuem um papel fundamental para o entendimento do desenvolvimento. Sendo as instituições os determinantes para a consolidação da prosperidade, o presente trabalho busca inferir o quanto a relação entre os conceitos de *instituições políticas e econômicas inclusivas* determinam o bem-estar e a prosperidade das nações. Para realizar tal empenho, a pesquisa se municiou de métodos quantitativos, usando de indicadores como o *Index of Economic Freedom* da *Heritage Foundation*, o *Freedom in the World* da *Freedom House* e o Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como uma *proxy* para a seguinte hipótese: países mais livres, com instituições mais inclusivas, são também países que apresentam maior qualidade de vida para seus cidadãos. Para testá-la, empregamos os conceitos de Acemoglu e Robinson perante a literatura de Amartya Sen no entendimento de desenvolvimento e nação bem-sucedida, assim como elaboramos um banco de dados que abrange um total de 131 países. Os resultados apontam que países com maiores níveis de liberdade política e econômica tendem a possuir maior grau de desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Liberdade. Qualidade de vida. Análise comparada.

## ABSTRACT

Investigating the factors that make development is a significant work for understanding the differences in quality of life between nations. For Acemoglu and Robinson (2012), institutions are a key to understanding development. As the institutions are the decisive for the consolidation of prosperity, the present work seeks to infer how much the ratio between the concepts of inclusive political and economic institutions determines the well-being and prosperity of nations. To carry out such an effort, the research provided quantitative methods, using indicators such as Index of Economic Freedom of Heritage Foundation, Freedom in the World of Freedom House and the Human Development Index of United Nations Development Programme as a proxy for the following hypothesis: freer countries, with more inclusive institutions, are also countries that have a higher quality of life for their citizens. To test it, we employ Acemoglu and Robinson's concepts in the literature of Amartya Sen in the understanding of development and successful nation, as well we elaborate a database covering a total of 131 countries. The results indicate that countries with higher levels of political and economic freedom usually have a higher degree of human development.

Keywords: Freedom. Quality of life. Comparative analysis

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Categoria, subcategoria e questões do Freedom in the World .....	33
Quadro 2 – Categoria, subcategoria e subdivisões de pontuação do Index of Economic Freedom .....	35
Gráfico 1 – Índice de liberdade política e direitos civis e índice de liberdade econômica .....	39
Tabela 1 – Distribuição em percentagem da classificação dos países de acordo com a Freedom House (2018) e a Heritage Foundation (2018).....	40
Gráfico 2 – Índice de desenvolvimento humano e índice de liberdade política e direitos civis.....	42
Tabela 2 – Distribuição em percentagem da classificação dos países de acordo com a Freedom House (2008) e o PNUD (2018).....	44
Gráfico 3 – Índice de desenvolvimento humano e índice de liberdade econômica.....	46
Tabela 3 – Distribuição em percentagem da classificação dos países de acordo com a Heritage Foundation (2008) e o PNUD (2018) .....	47
Tabela 4 – Modelo para índice de desenvolvimento humano .....	50

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 “POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM”:</b> A TEORIA DE DARON ACEMOGLU & JAMES ROBINSON .....	<b>14</b>
2.1 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES .....	15
2.2 CÍRCULO VIRTUOSO & CÍRCULO VICIOSO .....	17
<b>3 LIBERDADE E DESENVOLVIMENTO:</b> A PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN .....	<b>21</b>
3.1 A DEMOCRACIA É UM LUXO PARA PAÍSES POBRES? .....	25
<b>4 AMARTYA SEN, DARON ACEMOGLU E JAMES ROBINSON:</b> ASPECTOS DE CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA .....	<b>28</b>
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>31</b>
<b>6 ANÁLISE EMPÍRICA E TESTE DE HIPÓTESE</b> .....	<b>38</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>52</b>
<b>8 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate acerca do desenvolvimento tem ganhado cada vez mais espaço na abordagem microeconômica (Banerjee e Duflo, 2012), tal tendência da literatura em focar nos problemas micro se traduz pelo seu caráter específico e prático, permitindo margem para aplicações imediatas de políticas de combate à pobreza. Entretanto, a perspectiva micro não está determinada em investigar questões adjacentes ao tema de desenvolvimento, como por exemplo, analisar a relação entre o desenvolvimento e liberdade econômica ou democracia e prosperidade. Nesse sentido, compreender essas relações e os seus desdobramentos são importantes para o entendimento das disparidades entre as nações, bem como, identificar os fatores que podem determinar o sucesso e o fracasso de uma nação.

Todavia, optar por debater as grandes questões que envolvem o desenvolvimento, não se limita a ir contra a recente tendência da literatura, mas em resgatar a visão macroeconômica alicerçada a partir de uma nova perspectiva para a comunidade científica. Em outros termos, a disponibilização de dados por meio de indicadores políticos e econômicos atuais, atrelados a teorias mais recentes do meio acadêmico, possibilitam estudos científicos cada vez mais elaborados.

A busca por identificar e explicar as razões para a desigualdade entre os países têm sua tradição no campo da economia e da ciência política, autores como: Montesquieu (1748), Smith (1776), Moore (1966), Diamond (1997), Norris (2008), Przeworski, Chieub, Alvarez, Limongi (1996), Acemoglu e Robinson (2012); dentre outros, tiveram uma importância fundamental para o avanço do debate. Sem tais estudos, a discussão acerca da desigualdade entre as nações seria inviável.

Deste modo, investigar os fatores que constituem o desenvolvimento econômico e social, se apresenta como um ofício substancial para a compreensão das diferenças no que diz respeito à riqueza entre as nações. Tal empenho requer um entendimento dos elementos que determinam a prosperidade de um país. Na preposição de Adam Smith (1776), a prosperidade de uma nação deriva de sua capacidade produtiva. Em vista disso, se a riqueza e a prosperidade de um Estado se traduz pela sua produtividade, quais são as variáveis que consagram a diferença de produção entre as nações e, conseqüentemente, geram as desigualdades entre si?

Na concepção de Jared Diamond, em *Guns, Germs and Steel: The fate of human societies*, as diferenças sociais e econômicas entre as sociedades se dá por variáveis

ambientais. Em seu estudo, Diamond (1997) examina o que leva algumas sociedades caminharem rumo ao colapso, para tanto, o biólogo e geógrafo estadunidense efetua uma série de análises a partir de sociedades passadas e atuais, sempre tendo como referência elementos ambientais para explicar o fracasso de determinada sociedade.

Certamente, ainda que Diamond não se rotule como um determinista ambiental, seu estudo recai inteiramente nos limites argumentativos da interação natureza e homem. Porém, sua obra nos oferece reflexões acerca de quais caminhos percorrer e quais evitar ao propormos uma análise acerca do sucesso e do fracasso das nações.

Em uma outra perspectiva, Daron Acemoglu e James Robinson em *Why Nations Fail: The origins of power, prosperity and poverty*, publicado em 2012, defendem a possibilidade de explicarmos os princípios que promovem o sucesso e o desastre de uma sociedade a partir de suas instituições. Deste modo, na acepção de Acemoglu e Robinson, analisar as instituições de um país nos permite inferir o percurso de uma nação, isto é, para identificar se um país está rumo a prosperidade, torna-se necessário considerar suas instituições, sendo elas políticas e econômicas e se estas são *inclusivas* ou *extrativistas*.

Para Acemoglu e Robinson, instituições *inclusivas* se caracterizam por assegurar a centralização política e a pluralidade, garantindo o direito de propriedade aos indivíduos e a manifestação de diferentes atores políticos, em outras palavras, essas instituições são as promotoras da prosperidade de uma nação. De maneira oposta, instituições *extrativistas* retratam um sistema político e econômico restrito, voltado apenas para um determinado grupo do tecido social que se utiliza do seu aspecto elitista em favor de seu próprio benefício. No contexto das instituições *extrativistas*, os ganhos econômicos da nação se destinam apenas para a elite privilegiada, restringindo qualquer possibilidade da atuação livre dos indivíduos na economia, resultando, desta forma, na ausência de *inovação e destruição criadora*, formuladas por Schumpeter (1987).

Indubitavelmente, identificar as instituições como a condição que determina a prosperidade de uma nação, bem como, encontrar respaldo para explicar o que gera as desigualdades entre os países é, de certo modo, uma iniciativa astuta que tem seu mérito por apresentar uma tese abrangente. No entanto, Acemoglu e Robinson se fazem valer fortemente de *path-dependence* para as suas explicações, alegando que um fenômeno social ocorrido no século XVIII, por exemplo, tenha repercussões diretas e indiretas na atualidade. Não obstante, os autores pecam em deixar de apresentar qualquer dado mais recente para reforçar a sua teoria.

Por outro ângulo, intensamente mais preocupado em compreender o fenômeno do desenvolvimento do que explicar o porque algumas nações prosperam e outras não, Amartya Sen em *Development as freedom*, propõem uma nova abordagem para a interpretação do desenvolvimento. Para Sen (2000), o desenvolvimento se caracteriza por ser um processo de expansão da liberdade, ou seja, o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades dos indivíduos.

Entretanto, ao efetuar um movimento de análise do desenvolvimento, Amartya Sen abre espaço para as discussões que caracterizam este trabalho, afinal, se por um lado a liberdade e o desenvolvimento possuem uma relação retroativa e indicam o êxito de uma nação, por outro, a inibição de liberdade acarreta no fracasso de uma nação.

Assim, considerando todos os aspectos mencionados acima, o presente estudo se propõe a analisar os elementos que compõem a prosperidade de uma nação, se distanciando de qualquer explicação determinista do desenvolvimento (seja por hipóteses que dão relevância a trajetória histórica ou circunstâncias geográficas). Por essa razão, nosso trabalho se municia teoricamente dos conceitos de Acemoglu e Robinson (2012), bem como os estudos de Amartya Sen (2000), para identificar o sucesso e o fracasso das nações perante os principais indicadores políticos e econômicos, proporcionando uma nova visão para o caminho do desenvolvimento e, conseqüentemente, para a prosperidade das nações.

A pesquisa está dividida em seis partes. Inicialmente, realizamos uma discussão teórica sobre as instituições inclusivas e extrativistas desenvolvidas por Acemoglu e Robinson. Em seguida, realizamos uma revisão da literatura sobre o desenvolvimento a partir de Amartya Sen. Após, relacionamos ambas as literaturas, apresentando aspectos de convergência e divergência entre os autores. Em um quarto momento, esclarecemos os procedimentos metodológicos adotados no presente trabalho. Em seqüência, realizamos a análise dos dados e efetuamos o teste de hipótese. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

Ainda assim, em nosso estudo, não temos a expectativa de tornar este trabalho uma explicação final e absoluta para o tema, mas avançar no debate e proporcionar uma estrutura para uma nova geração com dezenas de novos estudos referentes ao tema em questão.

## **2“POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM”:** A TEORIA DE DARON ACEMOGLU & JAMES ROBINSON.

Em uma pesquisa de quinze anos, que busca tratar e compreender os fatores que determinam as diferenças do padrão de vida que separam os países mais ricos dos mais pobres e, que por consequência, gera uma desigualdade mundial tão nítida e acentuada, Daron Acemoglu, economista e professor do MIT, em conjunto com James Robinson, economista, cientista político e professor da Universidade de Chicago, apresentam um trabalho bastante ousado. Tal ousadia, corresponde em desenvolver uma teoria ampla para a explicação do êxito de algumas nações e o desastre de outras.

Para os autores, não há até então, uma hipótese consistente e abrangente capaz de explicar algo tão complexo como as origens da pobreza e da prosperidade que, de modo convincente, respeite as atuais circunstâncias. Portanto, elaboram uma teoria que vislumbra a partir das instituições, e os efeitos delas, as respostas para explicar o sucesso e o fracasso das nações. Deste modo, Acemoglu e Robinson (2012) tratam de entender como as instituições são determinadas e se transformam ao longo do tempo, tornando-se incapazes até mesmo de mudar quando criam um ambiente de pobreza e miséria para um grande número de pessoas.

Por consequência, ao entender as instituições como a peça fundamental para compreender o fenômeno da desigualdade mundial, Acemoglu e Robinson vão contra as principais hipóteses que gozam de uma ampla aceitação para a interpretação deste fenômeno.

Nesse sentido, os autores negam explicações que partem de um princípio geográfico ou cultural para responder o abismo que separa países ricos de países pobres. Segundo suas considerações, tais hipóteses encontram grandes dificuldades para se sustentar por si mesma, assim como vislumbram limites argumentativos para hipóteses que dão relevância à ignorância dos governos e das autoridades, onde a falta de um conhecimento técnico – ou mais apropriadamente, um *know-how* – é um fator que faz com que países pobres perpetuem sua pobreza.<sup>1</sup>

Uma vez que a hipótese da ignorância, assim como as hipóteses culturais e geográficas, apresentam limitações para compreender a desigualdade mundial, Acemoglu e Robinson asseguram ser necessário pensar novas possibilidades para explicar os fatores que acentuam o contraste entre as nações. Nessa sequência, os

---

1 Ver Acemoglu, D. Robinson, J. (2012), especialmente o capítulo 2, para uma análise aprofundada de cada hipótese.

autores argumentam que é imprescindível entender por que algumas sociedades são organizadas de modo ineficaz. Para tanto, observam que não se trata de uma questão de ignorância ou cultura, mas sobretudo, do *modus operandi* das instituições.

## 2.1 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES.

Ao tomar como objeto de análise as instituições de cada nação, observa-se que “os países apresentam diferenças em termos de êxito econômico em virtude de instituições distintas, das regras que regem o funcionamento da economia e dos incentivos que motivam a população” (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p. 58).

Em vista disso, os autores constataam a existência de instituições que definem as regras e regem a vida de seus cidadãos. Tais instituições são categorizadas por Acemoglu e Robinson a partir de sua função – *econômica* ou *política*; e por suas características, podendo ser, portanto, *inclusiva* ou *extrativista*.

*Instituições políticas*, para Acemoglu e Robinson, são determinantes cruciais para o resultado de uma nação, pois se caracterizam como as regras que regem os incentivos políticos.

Definem como o governo é escolhido e que parte de sua estrutura possui o direito de fazer o quê. As instituições políticas definem quem são os detentores de poder na sociedade e para que fins ele pode ser utilizado. Se a distribuição de poder for estreita e irrestrita, as instituições políticas serão absolutistas [extrativistas], como ilustrado pelas monarquias absolutas que imperaram por todo o mundo durante boa parte da história (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p.63).

Em contrapartida, *instituições políticas inclusivas* asseguram a centralização política e a pluralidade, assim como o direito de propriedade aos indivíduos e a manifestação de diferentes atores políticos. Na visão de Acemoglu e Robinson, as instituições políticas inclusivas podem ser entendidas como as promotoras da prosperidade.

Por sua vez, *instituições econômicas* se caracterizam pela estrutura da atividade econômica, por exemplo, *instituições econômicas inclusivas* criam mercados inclusivos e estimulam a participação da população em atividades econômicas, de modo que façam o melhor uso possível de suas habilidades, permitindo aos indivíduos fazer as escolhas que bem entendem.

Para serem inclusivas, as instituições econômicas devem incluir segurança da propriedade privada, sistema jurídico imparcial, e uma gama de serviços

públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão [...], as instituições econômicas inclusivas fomentam a atividade econômica, o aumento da produtividade e a prosperidade da economia. Os direitos de propriedade são cruciais, uma vez que somente quem os tiver assegurado vai se dispor a investir e aumentar a produtividade. (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p.59).

Ainda nessa perspectiva, segundo os autores, instituições econômicas inclusivas prepararam o ambiente para outros dois elementos que promovem prosperidade: educação e tecnologia. Não obstante, o crescimento econômico sustentado é quase sempre acompanhado de melhorias tecnológicas, que permitem ao trabalhador, através da terra e do capital existente, ampliar sua produtividade (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012).

Por outro lado, *instituições econômicas extrativistas* se destacam pelo seu caráter elitista, no qual o seu sistema político e econômico se restringe apenas a um determinado grupo do tecido social, trabalhando apenas em favor de seu próprio benefício. Em contexto de instituições extrativistas, os ganhos econômicos da nação se destinam apenas para a elite privilegiada, assim como inibem qualquer possibilidade de atuação livre dos indivíduos na economia, acarretando na ausência de inovação econômica.

Há uma forte sinergia entre as instituições econômicas e políticas. As instituições políticas extrativistas concentram poder nas mãos de uma pequena elite e impõem poucas restrições ao exercício de seu poder. As instituições econômicas são então, em geral, estruturadas por essa elite, de modo a extorquir recursos do restante da sociedade. As instituições econômicas extrativistas, assim, naturalmente acompanham suas congêneres políticas. Com efeito, sua sobrevivência será inerentemente dependente de instituições políticas extrativistas. As instituições políticas inclusivas tenderiam a erradicar as instituições econômicas que expropriam recursos da maioria, erguem barreiras alfandegárias e suprimem o funcionamento dos mercados de modo que apenas uns poucos deles se beneficiam (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p. 63-64).

Intimamente ligados, instituições econômicas inclusivas se consolidam, por sua vez, em princípios correspondentes à instituições políticas inclusivas. A distribuição de poder por toda sociedade, garantida através de instituições políticas inclusivas, dificultam a implementação de instituições econômicas extrativistas. “Já as instituições econômicas inclusivas geram uma distribuição mais equitativa de recursos, facilitando a persistência de instituições políticas inclusivas” (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p. 64).

Essa relação sinérgica entre instituições políticas e econômicas, inclusivas e extrativistas, dá existência a um círculo, podendo ser, portanto, um *círculo virtuoso* ou um *círculo vicioso*. Discorreremos melhor a respeito da formulação e do que se constitui esses círculos posteriormente. Por hora, cabe destacar a possibilidade de crescimento em instituições extrativistas.

De acordo com Acemoglu e Robinson, muito embora as instituições extrativistas sejam capazes de gerar riqueza e, com isso, produzir um crescimento, de modo geral, esse crescimento não é um crescimento econômico sustentado, acompanhado por destruição criativa.

Quando tanto as instituições políticas quanto econômicas são extrativistas, não há incentivos para a destruição criativa e a mudança tecnológica. O Estado pode até conseguir, durante algum tempo, fomentar um crescimento econômico, mediante a alocação de recursos e pessoas por decreto, mas o processo é intrinsecamente limitado. Quando os limites são atingidos, o crescimento é interrompido, como se deu na União Soviética nos anos 1970. Mesmo durante o acelerado crescimento econômico soviético, na maior parte da economia verificou-se pouca mudança tecnológica, ainda que a injeção maciça de recursos nas Forças Armadas lhe tenha permitido desenvolver tecnologias militares e até passar à frente dos Estados Unidos nas corridas espacial e nuclear por um breve período. Sem destruição criativa e sem inovação tecnológica de base ampla, todavia, esse crescimento não seria sustentável e teve um fim abrupto (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p.74).

Em síntese, os elementos que fundamentam o crescimento econômico em instituições extrativistas, para os autores, são frágeis e insustentáveis, posto que, (1) podem ser facilmente destruídos por conflitos internos, que são gerados pelas instituições que fomentam a concentração de riqueza e poder nas mãos de um grupo estreito; (2) as elites sob instituições extrativistas, tendem a achar mais vantajoso se utilizar de seu poder para restringir a competição e, por sua vez, aumentar seus ganhos. Por consequência, a capacidade de exercer o poder em instituições extrativistas, minam a própria possibilidade da prosperidade (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012).

## 2.2 CÍRCULO VIRTUOSO & CÍRCULO VICIOSO.

Considerando que as instituições possuem um papel central para determinar o êxito ou o fracasso de uma nação e que, segundo Acemoglu e Robinson, são em última instância, sempre frutos de escolhas da sociedade, surgem questões persistentes aos que tomam consciência disso: “Por que não optar sempre pela prosperidade e pelas instituições inclusivas?”.

Ainda que possa parecer óbvio que seja do interesse geral estabelecer instituições capazes de promover desenvolvimento e garantir o bem-estar da sociedade, optar por instituições inclusivas nem sempre é possível. Tal aspecto, não apenas ilustra a impossibilidade de instituições políticas tornarem-se automaticamente pluralistas e não existir nenhuma tendência natural à centralização política, mas a diversos fatores subjetivos que, de grosso modo, caracterizam um *círculo vicioso*. (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012)

Como vimos anteriormente, as instituições políticas conferem às elites o poder político de selecionar instituições econômicas com mais ou menos restrições, por sua vez, instituições econômicas extrativistas consolidam o domínio de uma determinada elite. Nessa sequência, de acordo com Acemoglu e Robinson, a relação sinérgica entre instituições políticas e econômicas extrativistas engendra um círculo vicioso.

Podemos entender o círculo vicioso a partir da perpetuação de instituições extrativistas perante uma determinada nação. A lógica do círculo vicioso se resume no benefício de uma pequena elite dispor de instituições extrativistas, para desfrutar de recursos que o permitam manter-se no poder. Deste modo, essa elite consegue manipular eleições, comprar juízes e até mesmo montar seu próprio exército, portanto, possuem um interesse de resguardar o sistema. Nessa lógica, as instituições econômicas extrativistas servem como base para que as instituições políticas da mesma linha persistam (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012).

Outro mecanismo do círculo vicioso consiste no fato de que as instituições extrativistas, ao produzirem um poder irrestrito e uma profunda desigualdade de renda, aumentam os possíveis ganhos com o jogo político. Se quem controla o Estado torna-se beneficiário desse poder excessivo e da riqueza por ele gerada, as instituições extrativistas criam incentivos para que disputas internas pelo controle do poder e seus benefícios, uma dinâmica que vimos em ação nas cidades-estados maias e na Roma Antiga. Sob essa luz, não admira que as instituições extrativistas herdadas das potências coloniais por muitos países africanos tenham semeado disputas de poder e guerras civis – conflitos muito diferentes da Guerra Civil inglesa e da Revolução Gloriosa. Seriam travados não com o objetivo de mudar as instituições políticas, introduzir restrições ao exercício do poder ou fomentar o pluralismo, mas para apropriar-se do poder e enriquecer um grupo em detrimento dos demais (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p.267).

Certamente, as questões políticas e o desenvolvimento de Serra Leoa, ilustra de modo explícito o círculo vicioso. De acordo com os autores, foram as colônias britânicas que instauraram instituições extrativistas na região e, de muito bom grado,

políticos africanos após a independência às reproduziram, estabelecendo o padrão previsto pelo círculo vicioso e tornando-se mais vicioso com o passar do tempo.

As características do círculo vicioso, segundo Acemoglu e Robinson, relacionam-se ao que Robert Michels define como *lei de ferro da oligarquia*. Para Michels, a lógica das oligarquias se reproduzem não apenas quando o mesmo grupo está no poder, mas até mesmo quando um novo grupo assume o controle.

É justamente da essência da lei de ferro da oligarquia, essa faceta específica do círculo vicioso, que os novos líderes que vêm derrubar os antigos com promessas de mudança radical nada trazem de novo, além de mais do mesmo. Sob certos aspectos, é mais difícil entendê-la do que às demais características do círculo vicioso. Há uma lógica clara na persistência das instituições extrativistas no Sul dos Estados Unidos e na Guatemala: os mesmos grupos conservaram-se no controle da economia e da política por séculos. Apesar dos empecilhos, como no caso dos latifundiários sulistas após a Guerra de Secessão americana, seu poder permaneceu intacto, o que lhes permitiu manter e recriar um conjunto similar de instituições extrativistas de que continuar beneficiando-se. Todavia, como podemos entender os que se alçaram ao poder em nome de mudanças radicais, apenas para recriar o mesmo sistema? A resposta a essa pergunta demonstra, mais uma vez, que o círculo vicioso é mais forte do que pode parecer à primeira vista (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p.281).

Todavia, observa-se que os círculos viciosos são resistentes e criam forças poderosas para a manutenção de instituições extrativistas, podendo criar uma grande relação sinérgica negativa entre as instituições, de modo a fornecer sustentação à persistência de instituições extrativistas.

Em contrapartida, instituições políticas e econômicas inclusivas instauram um processo de círculo virtuoso, que assegura a preservação das instituições inclusivas em face das tentativas de enfraquecê-las. Nesse sentido, os autores argumentam que o mecanismo de círculo virtuoso se destaca pelo fato de que instituições inclusivas se baseiam em restrições do poder, assim como em uma distribuição pluralista do poder político na sociedade, aspecto inerente ao estado de direito.

O círculo virtuoso nasce não só da lógica inerente do pluralismo e do estado de direito, mas também porque instituições políticas inclusivas tendem a sustentar instituições econômicas inclusivas – o que leva a uma distribuição de renda mais igualitária, conferindo mais poder e autonomia a um amplo segmento da sociedade e igualando ainda mais as condições de participação no jogo político. Limita-se assim o que cada indivíduo pode obter mediante a usurpação de poder político e reduzem-se os incentivos à recriação de instituições políticas extrativistas (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p. 240).

Contudo, ainda que o círculo virtuoso seja produto da relação sinérgica entre instituições políticas e econômicas inclusivas, sustentar a ideia de que o círculo virtuoso eleva uma distribuição de renda mais igualitária é, no mínimo, presunçoso. Quanto a isso, cabe destacar o estudo de Thomas Piketty (2014) a respeito da estrutura da desigualdade, no qual o autor constata forças de convergência e divergências em relação à riqueza ou renda. Em outras palavras, Piketty aponta que o sistema capitalista pode projetar um aumento ou diminuição da igualdade econômica. Nesse sentido, Piketty expõe que, em países aparentemente igualitários, como os Estados Unidos, segundo uma pesquisa organizada pelo Federal Reserve no período de 2010-2011, aponta que cerca de 72% de toda a riqueza americana é controlada por 10% da população e, em países mais desiguais, esses 70% são facilmente ultrapassados.<sup>2</sup>

Retomando, Acemoglu e Robinson alegam que o pluralismo – elemento intrínseco a instituições inclusivas –, cria sistemas mais abertos que permitem o florescimento de mídias independentes, que auxiliam a sociedade a tomar conhecimento de eventuais ameaças a essas instituições. Nesse sentido, os *mass media* exercem uma função importante de empoderamento da população e na continuidade do círculo virtuoso.

A lógica do círculo virtuoso tornava também cada vez mais impraticáveis eventuais medida repressivas, de novo em virtude do feedback positivo entre as instituições políticas e econômicas inclusivas. As instituições econômicas inclusivas levam a uma distribuição de recursos mais equitativa que as extrativistas. Desse modo, conferem mais poder aos cidadãos de modo geral e criam, assim, condições mais igualitárias mesmo no tocante à disputa de poder – o que torna mais difícil para uma pequena elite esmagar as massas em vez de ceder às suas demandas –, aos menos algumas delas [...]. Fazer o uso de repressão contra um agrupamento urbano, concentrado e parcialmente organizado de pessoas dotadas de algum grau de poder seria muito mais difícil do que reprimir camponeses ou servos dependentes (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J, 2012, p. 244).

Ainda assim, mesmo que instituições inclusivas deem margem para a sustentação de um círculo virtuoso, e este círculo virtuoso crie uma tendência para que essas instituições persistam, de acordo com os autores, a ruptura com instituições inclusivas não é inevitável ou irreversível.

Por fim, do mesmo modo como o círculo vicioso, o círculo virtuoso funciona através de diversos mecanismos. Em primeiro lugar, o *modus operandi* das instituições

<sup>2</sup> Para ver mais a respeito da estrutura da desigualdade, recomenda-se a leitura de “*O Capital no Século XXI*”, de Thomas Piketty (2014).

políticas inclusivas e pluralistas dificulta bastante a usurpação do poder por parte de um ditador, de um grupo e até mesmo a autonomia de um presidente bem-intencionado. Em seguida, a relação sinérgica positiva entre as instituições inclusivas, além dar base ao círculo virtuoso, anula instituições econômicas extrativistas, como a escravidão ou a servidão. Por último, o solo fértil para o florescimento de veículos de comunicação livre, proporciona à sociedade, informações a respeito de eventuais ameaças, do mesmo modo como empodera e mobiliza oposições, frente às instituições inclusivas.

### **3 LIBERDADE E DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN.**

A concepção de uma nação próspera está intimamente associado ao fenômeno do desenvolvimento e do crescimento econômico. Por consequência, governos traçam estratégias cujo objetivo é garantir o crescimento econômico e assegurar o seu percurso contínuo rumo ao desenvolvimento.

Para contextualizar, a corrida pelo desenvolvimento tem seu início após a Segunda Guerra Mundial, encabeçada pelos Estados Unidos com a posse do presidente Truman, que consagrou de fato, os Estados Unidos como um país desenvolvido. A partir disso, países então classificados como “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos”, começam a ansiar pelo crescimento econômico e, deste modo, é dado a largada à corrida desenvolvimentista.

Apesar da ideia de crescimento econômico e desenvolvimento econômico se relacionarem entre si, como pensava Adam Smith (1776), cabe destacar que estes conceitos não são iguais, posto que, como apresenta Celso Furtado (1968), a ideia de desenvolvimento, ainda que contenha em si o conceito de crescimento, transcende de forma a superá-la. Em outras palavras, Furtado enfatiza que o crescimento econômico diz respeito apenas a uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento é mais abrangente que o crescimento econômico, pois compreende melhorias substanciais na qualidade de vida dos indivíduos. Em síntese, o “desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população.” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 53).

Todavia, ainda que o desenvolvimento econômico seja um elemento substancial para a noção de prosperidade, Amartya Sen (2000) destaca que a ideia de

desenvolvimento deve ir muito além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou da acumulação de riqueza, para Sen o desenvolvimento está estritamente ligado as liberdades e a melhoria na qualidade de vida humana, fatores estes que não podem ser mensurados a partir da riqueza de uma nação.

Nesse sentido, Sen reestrutura a ideia de desenvolvimento indo além de uma perspectiva meramente econômica, e elabora uma teoria que compreende o desenvolvimento a partir da liberdade. Em outras palavras, o desenvolvimento passa a ser compreendido pelo processo de expansão da liberdade, em seu sentido real, que diz respeito a liberdade que os indivíduos desfrutam.

O enfoque nas liberdades reais, realizado por Amartya Sen, não renega a importância da perspectiva econômica do desenvolvimento, mas compreende que aspectos como industrialização, avanço tecnológico, PIB e modernização social, são um meio de expansão dessas liberdades reais, acompanhadamente de disposições sociais e direitos civis.

“Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.” (SEN, A. 2010, p. 16-17, grifo do autor)

Nessa acepção, o autor destaca que a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões, sendo: (1) razão avaliatória, que diz respeito a uma avaliação do progresso, que tem como base a verificação do aumento das liberdades das pessoas; (2) razão da eficácia, na qual a realização do desenvolvimento depende em boa parte da livre condição de agente<sup>3</sup> das pessoas.

Na visão de Amartya Sen (2000), a liberdade se destaca por ser o principal meio para atingir o desenvolvimento, por essa razão, Sen discorre longamente a respeito da liberdade enquanto processo para o desenvolvimento. A respeito disso, das várias formas de liberdade que possam existir (liberdade de atuação no mercado, liberdade de realizar contratos, liberdade de troca e transações, dentre outras), Sen caracteriza o conceito de liberdade em duas grandes interpretações. A primeira, a *liberdade substancial*, diz respeito a capacidade de evitar as privações e os impedimentos dos

3 O termo “condição de agente” está ligado a alguém que age e ocasiona mudanças, cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de avaliarmos ou não também segundo algum critério externo.

sujeitos, está relacionada a um aspecto mais constitutivo da liberdade para o desenvolvimento, posto que a liberdade substancial refere-se à melhoria da vida humana (como saber ler, evitar a fome e a subnutrição, participação política, liberdade de expressão etc). Em suma, a liberdade substancial pode ser compreendida como um fim primordial do desenvolvimento.

A segunda, a *liberdade instrumental*, diz respeito a um papel objetivo da liberdade no desenvolvimento, o modo como diferentes tipos de direitos e oportunidades contribuem para uma expansão da liberdade humana de modo geral e, conseqüentemente, para o desenvolvimento. Resumidamente, a liberdade instrumental é o principal meio para o desenvolvimento.

Amartya Sen, em *Desenvolvimento como liberdade*, considera cinco tipos de liberdades instrumentais: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora. De acordo com Sen, esses cinco tipos de liberdades instrumentais contribuem na capacidade das pessoas viverem mais livremente, além de se complementarem umas às outras, e é isto que intensifica sua argumentação da liberdade não apenas como fim do desenvolvimento, mas como seu principal meio.

*As liberdades políticas*, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir a possibilidade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a possibilidade de escolher diferentes partidos políticos etc. (SEN, A. 2010, p. 58, grifo do autor)

Nesse ínterim, as liberdades políticas descritas por Sen, fazem referência, em certo sentido, às variáveis que permitem mensurar o grau de democratização de um regime e a ideia de nível de participação em Robert Dahl (1997). Assim, torna-se evidente que as liberdades políticas para Sen incluem não apenas direitos civis, mas direitos políticos que são relativos às democracias.

As *facilidades econômicas*, por sua vez, “são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca” (SEN, A. 2010, p. 59). Contudo, ainda que as facilidades econômicas remetam-se a disposição dos indivíduos na atuação de aspectos relativos ao funcionamento do mercado, Sen enfatiza as questões distributivas em relação a renda e a riqueza nacional que, de modo geral, tende a aumentar a partir do processo de desenvolvimento econômico. Portanto, independentemente das facilidades econômicas

possuírem uma relação com a ideia de liberdade econômica, o autor compreende que o modo sobre como as rendas adicionais geradas pelo desenvolvimento econômico são distribuídas, é um fator que fará total diferença, afinal, se a privação das capacidades para Sen é um fator que indica a pobreza, dar capacidade a partir de disponibilidade de financiamento e o acesso a microcréditos é, em última instância, proporcionar liberdade.

No que diz respeito às *oportunidades sociais*, Sen caracteriza como o modo em que a sociedade organiza aspectos que perpassam as áreas como educação, saúde, segurança etc. As oportunidades sociais, de acordo com o autor, influenciam diretamente à liberdade substancial, pois relacionam-se as condições de uma qualidade de vida melhor. Entretanto, as oportunidades sociais não dizem respeito exclusivamente a vida privada, mas também, de igual modo, a uma participação mais efetiva dos indivíduos na esfera política e econômica. Nesse sentido, tomemos o exemplo de Sen, no qual o analfabetismo pode ser um empecilho à participação dos sujeitos em atividades políticas (como incapacidade de se informar através da leitura de jornais ou de se comunicar por escrito com outros sujeitos diante de um debate político) e atividades econômicas (incapacidade de se colocar no mercado de trabalho).

*As garantias de transparência* referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza [...]. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. (SEN, A. 2010, p. 60)

Por fim, a *segurança protetora* denota a necessidade de se estabelecer uma rede de proteção social que impede a população de ser afetada com a miséria em seu sentido objetivo, evitando a fome e a morte. Independentemente do sistema econômico com a qual a sociedade opera, Sen reconhece que algumas pessoas podem se encontrar no patamar mais alto da vulnerabilidade e da privação, portanto, vislumbra a partir da segurança protetora, instituições fixas que garantem benefícios aos desempregados e renda complementar para aqueles que não possuem condições de atender suas próprias necessidades básicas.

Ainda no campo da segurança protetora, Amartya Sen identifica que em determinadas ocasiões, a implementação de medidas *ad hoc*, como a criação de empregos públicos emergenciais para gerar renda aos indigentes e a distribuição de alimentos em tempos de fome coletiva, é necessária.

Para finalizar, cabe destacar que Sen apresenta uma inter-relação e complementariedade entre essas liberdades instrumentais, reforçando-se umas às outras

e aumentando a capacidade dos indivíduos. Nesse sentido, as inter-relações e as influências de uma liberdade instrumental sobre a outra, constituem, de acordo com Sen, elementos substanciais do processo de desenvolvimento.

### 3.1 A DEMOCRACIA É UM LUXO PARA PAÍSES POBRES?

A tese de Lee Yuan Yew, ex-primeiro ministro de Singapura, defende que o crescimento econômico eficiente se dá em detrimento das liberdades políticas e direitos civis básicos. Diante dessa perspectiva, um sistema político mais rígido ajuda a estimular o desenvolvimento econômico que, posteriormente, resultaria na prosperidade de uma nação.<sup>4</sup> Nessa sequência, cabe salientar se aspectos econômicos teriam maior relevância em detrimento das liberdades civis e políticas básicas e, conseqüentemente, da democracia.

Obviamente, em posição contrária, realizando árduas críticas a esse modo de compreender o desenvolvimento, Amartya Sen apresenta alguns exemplos refutando a tese de Lee. Dentre esses exemplos, destaca-se que o desenvolvimento econômico está mais ligado ao clima econômico propício e a impossibilidade de considerarmos que o crescimento econômico chinês e, até mesmo de Singapura, é uma prova definitiva de que o autoritarismo realmente funciona e é mais vantajoso para o crescimento econômico.

Além disso, Sen evidencia a importância da democracia e dos direitos civis e políticos como um mecanismo de contrapeso a grandes desastres, como a fome coletiva.

Os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar a atenção eficazmente para necessidades gerais e exigir a ação pública apropriada. A resposta do governo ao sofrimento intenso do povo frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, e é nisso que o exercício dos direitos políticos (votar, crítica, protestar etc.) pode realmente fazer diferença. Esse é uma parte do papel “instrumental” da democracia e das liberdades políticas (SEN, A. 2010, p. 199)

Não obstante, a democracia, a liberdade substantiva e a liberdade política (assim como todas as outras liberdades instrumentais) apresentadas por Sen, tem uma importância própria naquilo que podemos considerar a prosperidade das nações.

Ademais, ao adentrarmos na importância da democracia e da liberdade política, temos de considerar que os preceitos democráticos, em concomitante com a liberdade política, produzem incentivos políticos que agem diretamente nos governos, como por

---

4 Adiante, no capítulo 5, analisamos a tese de Lee a partir de evidências empíricas.

exemplo, a ideia de *accountability* (O'DONNELL, 1992; POWELL, 2000; ARATO, 20002).

Assim, a prática do regime democrático produz uma lacuna entre cidadãos e governo, representantes e representados, menores do que o hiato existente entre esses dois grupos em regimes autoritários e antidemocráticos. Tal aspecto se caracteriza pelo caráter intrínseco da democracia, que busca estabelecer mecanismos para reduzir essa lacuna existente. Dentre esses mecanismos, autores como O'Donnell (1992) e Arato (2002), identificam o controle social e a *accountability* como um elemento primordial para se pensar o estabelecimento de demandas que dizem respeito a sociedade.

Nesse sentido, podemos observar que a democracia oferece os meios necessários para que a participação da sociedade ocorra. Para tornar mais lúcida a questão, tomemos como exemplo as eleições – aspecto fundamental das democracias representativas. Conforme Schumpeter (1982), as eleições possuem por excelência a definição dos ocupantes aos cargos eletivos, entretanto Powell (2000) argumenta que eleições tem sua usualidade não apenas para fins eletivos, mas como momento de premiar ou penalizar *incumbents*. Deste modo, a eleição, para além do seu aspecto deliberativo, passa a ser entendido enquanto um instrumento de controle, caracterizando assim a *electoral accountability*.

Podemos compreender a *electoral accountability* (ou responsabilização eleitoral) como um mecanismo institucional que conecta o eleitorado e os agentes políticos, no qual os eleitores avaliam o desempenho de seus representantes. Como vimos anteriormente, a *electoral accountability* atua por meio do voto, no qual os cidadãos podem premiar ou punir o representante em eleições seguintes (POWELL, 2000).

Vale ressaltar que a *electoral accountability* não atua estritamente como *checks and balances*, para O'Donnell (1992) a *electoral accountability* estaria mais próxima a *accountability* vertical, portanto estaria relacionada a ocorrência de eleições justas e livres, em que o cidadão dispõem dos artifícios necessários para punir, premiar e vigiar um mandatário. Todavia, O'Donnell não ignora a existência de *checks and balances* no âmbito eleitoral, definindo a *accountability* horizontal mais próxima ao conceito de *checks and balances* por estar atrelado a existência de agentes estatais, que detêm um instrumento de controle na perspectiva eleitoral.

Em síntese, a responsabilização eleitoral é uma prática que induz governantes a realizar políticas públicas que favoreçam a sociedade, assim como, quando o agente

representante exerce ações que não condizem com o posicionamento dos seus eleitores, via de regra, o eleitorado responde no próximo pleito. (POWELL, 2000; REBELLO, 2013).

Ainda que a prática da responsabilização eleitoral dependa de um mínimo de informação por parte do eleitor, tal ação só pode ser realizada em regimes democráticos, haja vista que regimes autoritários freiam a possibilidade da sociedade conseguir efetuar a *electoral accountability*.

Ainda que possamos correr o risco de realizar um enaltecimento exacerbado da democracia, torna-se necessário apresentar as vantagens da democracia para o desenvolvimento.

A democracia e a democratização apresentam-se bem-sucedidas no que tange à prevenção de calamidades, na implementação de políticas públicas para amenizar as desigualdades categóricas (como desigualdade de gênero, etnia, religião, classe etc.) e na melhoria da qualidade de vida das pessoas (TILLY, 2013).

Contudo, como aponta Robert Dahl (2001), mesmo que a democracia seja o sistema mais correto de se adotar, este não é perfeito em sua totalidade. Neste âmbito, Sen compreende as limitações da democracia, evidenciando o caso da democracia norte-americana e os elevados índices de mortalidade da população afroestadunidense, processo pelo qual não é evitado pela democracia dos Estados Unidos. Porém, conforme o próprio Sen apresenta, é necessário ver a democracia como um mecanismo de criação de um conjunto de oportunidades, que precisam ser analisadas de acordo com suas especificidades (abordando a prática da democracia, o processo de democratização e desdemocratização, o exercício dos direitos políticos etc.) e não podem ser ignoradas.

Ainda assim, existem questões persistentes no que se refere a atuação da democracia em relação ao desenvolvimento, nesse caso: a democracia seria um luxo exclusivo de países ricos?

Ao retomarmos as questões vislumbradas no início deste trabalho, teremos Daron Acemoglu e James Robinson apresentando a relação de instituições inclusivas para a prosperidade. Nesse ínterim, as instituições inclusivas se destacam como um elemento essencial para o desenvolvimento das nações, enquanto as instituições extrativistas perpetuam a pobreza. Certamente, podemos fazer uma grande associação de democracia com as instituições inclusivas. Em outras palavras, se as instituições inclusivas são um instrumento para o desenvolvimento e a democracia é essencialmente

uma instituição inclusiva, logo, percebe-se que a democracia é um meio para o desenvolvimento.

Não obstante, a relevância intrínseca, as contribuições e a importância construtiva da democracia para o desenvolvimento, tem seu destaque na obra de Amartya Sen. De acordo com Sen, o papel da democracia para o desenvolvimento está justamente associado na sua importância direta para as capacidades básicas das pessoas (capacidade de participação política, capacidade de formular grupos opositoristas organizados etc), assim como na possibilidade de aumentar o grau em que as reivindicações das pessoas são ouvidas, permitindo a construção e o entendimento dessas necessidades reivindicadas.

Em outra perspectiva, Duncan Green (2009) não vê inferência na constatação de que a democracia é um aparato apenas de países ricos, pelo contrário, compreende uma grande relação da democracia para a redução da pobreza, pois apenas a democracia oferece os mecanismos necessários para a manutenção dos direitos sociais e a participação efetiva dos cidadãos no processo decisório.

Todavia, por mais que a democracia seja valiosa no sentido de resguardar condições e circunstâncias para melhorar a qualidade de vida das pessoas, é evidente que o modelo democrático possui uma série de limitações e uma gama de desafios que precisa ser superado (SCHUMPETER, 1984; DAHL, 2001; TILLY, 2013).

#### **4 AMARTYA SEN, DARON ACEMOGLU E JAMES ROBINSON: ASPECTOS DE CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA.**

Muitos estudiosos preocupados sobre o tema do desenvolvimento e da prosperidade das nações, elaboraram diversos ensaios para responder, de melhor modo, qual caminho deve ser seguido (SMITH, 1776; PRZEWORSKI, 1986; INGLEHART e WEZEL, 2005; DEATON, 2017; NORTH, 2018).

Tendo em vista a ampla variedade de produção existente acerca desse assunto, é evidente a necessidade de se realizar um recorte teórico e metodológico para que este trabalho se torne viável. Nesse sentido, sem qualquer pretensão de diminuir outros autores, selecionamos três nomes de peso que trazem duas perspectivas a respeito da temática da qual nos propomos estudar. Deste modo, trouxemos Daron Acemoglu e James Robinson não apenas por consideração a sua teoria do desenvolvimento, mas para realizar um diálogo entre uma das hipóteses mais recentes do meio acadêmico perante uma teoria clássica da área, formulada por Amartya Sen.

Nessa sequência, abordar duas perspectivas diferentes, implica em algum momento estabelecer pontos de afinidade e discordância. Como ponto de partida, a primeira associação de concordância entre Amartya Sen, Acemoglu e Robinson, pode ser facilmente vislumbrada na defesa das liberdades e da democracia. Tanto Sen, como Acemoglu e Robinson, fazem de suas obras grandes manifestações em defesa da liberdade, estruturando toda a teoria de modo que leva em consideração as liberdades dos sujeitos. Pode parecer óbvio, mas é justamente esse o ponto de partida que relaciona os autores, afinal, se de um lado temos Sen caracterizando as liberdades – instrumentais e substantivas – como meio e fim para o desenvolvimento, por outro, Acemoglu e Robinson descrevem as instituições inclusivas – que essencialmente resguardam a liberdade – como o elemento necessário para a prosperidade.

De modo mais específico, ainda que Acemoglu e Robinson não tenham apresentado uma definição objetiva daquilo que podemos compreender como instituições inclusivas, as liberdades substantivas e instrumentais de Sen são valores contidos nas instituições inclusivas.

Prol (2013) sintetiza que as instituições políticas inclusivas em Acemoglu e Robinson podem ser caracterizadas por: (1) sociedade pluralista, (2) princípio jurídico de *rule of law*, (3) mídia independente e (4) democracia. Em vista disso, observa-se que as instituições políticas inclusivas contém em si algumas das liberdades instrumentais descritas por Sen, sendo elas: a liberdade política e as garantias de transparência.

No que diz respeito as instituições econômicas inclusivas, temos: (1) garantia da propriedade privada; (2) liberdade econômica; (3) livre concorrência; (4) livre iniciativa e empreendedorismo. Aqui, a relação de convergência entre Sen, Acemoglu e Robinson começa a ficar mais estreita, podendo ser feita uma associação parcial de uma única liberdade instrumental em Sen, as facilidades econômicas.

Essa associação parcial ocorre devido ao fato de que Sen reconhece as facilidades econômicas como a oportunidade dos indivíduos utilizarem os recursos econômicos para fins de consumo, produção ou troca. Em outras palavras, tanto Sen como Acemoglu e Robinson não realizam rupturas com o capitalismo e nem renegam a liberdade econômica.

Entretanto, as facilidades econômicas de Sen e as instituições econômicas inclusivas de Acemoglu e Robinson seguem trajetórias diferentes quando se pensa a atuação do Estado, já que para Sen, ações distributivas em relação a renda e riqueza

nacional se mostram necessárias, e correspondem a um modo de proporcionar liberdade aos indivíduos em situação de extrema incapacidade.

Por sua vez, adentrando ainda mais nas divergências entre os autores, teremos novamente o papel do Estado como um divisor entre as linhas de raciocínio, uma vez que em nenhum momento Acemoglu e Robinson destacam a atuação estatal para assegurar a prosperidade no campo da economia, a não ser por resguardar a garantia da propriedade privada e na oferta de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam estabelecer contratos e escolher suas profissões.

Em contrapartida, Amartya Sen, para além das facilidades econômicas, vê a atuação do Estado necessário como um último recurso que assegure as liberdades instrumentais, sendo na geração de oportunidades sociais que influenciam diretamente nas liberdades substantivas, fornecendo educação, saúde, segurança etc, quanto no estabelecimento da segurança protetora, no qual o Estado assegura uma proteção social que garante benefícios aos desempregados e renda complementar para aqueles que não possuem condições de atender sua exigência de subsistência, atuando em casos extremos com a distribuição de alimentos ou com a criação de empregos públicos emergenciais, como mencionamos no capítulo anterior.

Vale ressaltar que a própria ideia de proporcionar condições igualitárias em Acemoglu e Robinson apresenta divergências com a perspectiva de Sen, visto que Amartya Sen ao realizar outras obras que dialogam diretamente com a Teoria da Justiça de John Rawls, compreende que a demanda da igualdade tem de se ajustar a diversidade da humanidade. Nesse sentido, a singularidade e a heterogeneidade humana complexifica a ideia de proporcionar condições igualitárias. Afinal, o que deve ser igualado?

Sen (1979) apresenta um exemplo para demonstrar que a equidade utilitária, ao tratar o interesse de todos os indivíduos da mesma forma, pode ser perversa: comparando um indivíduo aleijado com um não-aleijado, e supondo que o aleijado obtém a metade do nível de utilidade do não-aleijado como resposta ao recebimento de determinado valor em renda; a distribuição utilitarista daria mais renda ao segundo indivíduo do que ao primeiro pois, para a mesma quantidade de renda, a utilidade marginal deste seria maior do que a daquele. Desta forma, argumenta o autor, o indivíduo aleijado ficaria duplamente em pior situação: além de obter menos utilidade a partir de determinado nível de renda, receberia uma renda menor do que a do indivíduo não-aleijado (NEUBERGER, D. MARIN, S. 2014 p. 11).

A equidade utilitária é a igualdade no sentido utilitarista, conceito este, possivelmente empregado por Acemoglu e Robinson ao se referir sobre proporcionar

condições igualitárias. A contraposição de Sen a respeito disso é justamente de que tratar todos os indivíduos como iguais é simplificar a questão da equidade.

Por fim, ao constituir pontos de aproximações e divergência entre os autores, cria-se um terreno propício para uma análise empírica sistemática que reconheça as limitações de cada teoria e o modo pela qual elas podem trabalhar juntas. Nesse aspecto, traduziremos as teorias de Acemoglu e Robinson, assim como as de Amartya Sen, a partir de indicadores políticos e econômicos que nos permitam fazer aproximações a respeito da investigação pela qual esse trabalho tem como propósito.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de investigação no âmbito das ciências sociais se debruça na mediação entre a teoria e o ambiente empírico. Por consequência, o pesquisador precisa construir esse processo de mediação, utilizando-se de procedimentos que mais se adaptem na aproximação entre as formulações teóricas e conceituais com a realidade (COTANDA, *et al*, 2008).

Em nosso caso, o presente trabalho se compromete em estabelecer uma relação entre as teorias apresentadas anteriormente com o ambiente empírico. Evidentemente, para efetuar tal relação necessitamos fazer pontos de conexão entre os conceitos e a realidade. Esses pontos de conexão se traduzem na utilização de indicadores secundários que disponibilizam dados estatísticos para a elaboração de análises.

Nesse sentido, para concretizar nosso estudo, traduzimos o conceito de *instituições políticas inclusivas* a partir do *Freedom in the World* da *Freedom House*, assim como o conceito de *instituições econômicas inclusivas* a partir do *Index of Economic Freedom* da *Heritage* e do *Wall Street Journal*. Por fim, associamos a noção de prosperidade tanto para Acemoglu e Robinson, como para Amartya Sen, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, dados estes, elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A escolha desses indicadores não se deram por acaso, em nosso trabalho, procuramos nos manter fiéis a essência dos conceitos, portanto, utilizamos indicadores que dialogam quase perfeitamente com os conceitos que estamos abordando. Em outras palavras, os elementos que norteiam o índice de liberdade política pela *Freedom House* são próximos das características do conceito de instituições políticas inclusivas. O mesmo ocorre com o indicador de liberdade econômica da *Heritage* e o conceito de

instituições econômicas inclusivas.<sup>5</sup>

Por sua vez, as argumentações formuladas por Acemoglu e Robinson de que instituições políticas e econômicas inclusivas causariam o desenvolvimento e o sucesso das nações, necessitou de um esforço epistemológico para compreender o que é uma nação bem-sucedida. Para responder essa questão, consideremos as interpretações de Amartya Sen daquilo que podemos entender por desenvolvimento. Nesse sentido, as contribuições de Sen em apontar que o desenvolvimento está ligado na melhoria da qualidade de vida das pessoas e nas liberdades que estes desfrutam, nos proporciona um grande entendimento acerca daquilo que considera-se a prosperidade das nações. Desse modo, interpretamos o sucesso e a prosperidade de uma nação a partir do seu índice de desenvolvimento humano, afinal, critérios de avaliação que integram não apenas aspectos econômicos como o padrão de vida, mas considera elementos como qualidade de vida, índice de educação e o bem-estar individual e social, é o que mais se aproxima daquilo que podemos entender como uma avaliação de uma nação próspera e desenvolvida.

Cabe ressaltar que índice de desenvolvimento humano é um cálculo relativamente simples e foi uma grande contribuição metodológica formulada por Amartya Sen em conjunto com Mahbub ul Haq, com o objetivo de analisar o desenvolvimento a partir da perspectiva do bem-estar humano, tal indicador se baseia na teoria do desenvolvimento formulada por Sen, apresentado anteriormente neste trabalho. O IDH é realizado a partir da média geométrica de outros três índices: (1) expectativa de vida ao nascer (EV); (2) índice de educação (EI); (3) índice de renda (IR)<sup>6</sup>. A partir da média geométrica, o IDH apresenta o nível de qualidade de vida humana em uma escala que varia de 0 a 1, sendo, de 0 a 0,554 considerado um IDH baixo, de 0,555 a 0,699 um IDH médio, entre 0,700 e 0,799 um IDH alto, e o IDH maior que 0,800 é considerado muito alto.

Em relação ao *Freedom in the World*, indicador desenvolvido por Raymond Gastil e um dos índices de liberdade da *Freedom House*, a avaliação mede o nível de liberdade civis e direitos políticos em uma escala que vai de 1 (mais livre) a 7 (menos livre). Com publicação anual, os dados do *Freedom in the world* são utilizados em grande escala para pesquisas científicas como meio para medir o nível de democracia de uma nação.

5 Na página 23, no segundo e terceiro parágrafo caracterizamos ambos os conceitos.

6  $IDH = \sqrt[3]{EV \cdot EI \cdot IR}$ .

Medindo a liberdade política a partir de duas categorias: direitos políticos e liberdades civis, a *freedom house* divide os direitos políticos em três dimensões: (1) processo eleitoral, (2) pluralismo político e participação, (3) funcionamento do governo. As liberdades civis, por sua vez, são divididas em quatro dimensões: (1) liberdade de expressão e crença, (2) liberdade de associação e direito de organização, (3) Estado de direito e autonomia pessoal, (4) direitos individuais.

Ambas as categorias são classificadas por escala de 1 a 7, porém as classificações são determinadas por um total de pontos (*aggregate score*) que vai de 0 a 100, obtidos a partir da soma das questões apresentadas no quadro 1. Cada questão recebe de 0 a 4 pontos, sendo que 0 representa menor grau e 4 o maior grau de liberdade. Mediante os pontos totais, por uma regra de três inversa, transforma-se a classificação de 0 a 100 para 1 a 7 em cada categoria. Por meio de uma média das avaliações das duas categorias é determinado o *freedom rating*, onde de 1 a 2,5 é considerado livre, de 3 a 5, parcialmente livre e, de 5,5 a 7, não livre.

Quadro 1 – Categoria, subcategoria e questões do *Freedom in the World*.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	QUESTÕES
Direitos Políticos	Processo Eleitoral	1. O chefe de governo ou outra autoridade nacional é eleito por livre e justas eleições? 2. Os representantes legislativos nacionais são eleitos através de eleições livres e justas? 3. As leis eleitorais representam um quadro justo?
	Pluralismo e Participação Política	1. As pessoas têm o direito de se organizar em diferentes partidos políticos ou em outros grupos políticos concorrentes de sua própria escolha, e é o sistema aberto para a ascensão e queda destes partidos ou grupos rivais? 2. Existe uma votação significativa da oposição e uma possibilidade realista para a oposição aumentar o seu apoio ou ganhar poder através de eleições? 3. São as escolhas políticas do povo livre da dominação pelos militares, potências estrangeiras, partidos totalitários, hierarquias religiosas, oligarquias econômicas, ou qualquer outro grupo poderoso? 4. Grupos culturais, étnicos, religiosos, ou outros minoritários têm plenos direitos políticos e oportunidades eleitorais?
	Funcionamento do Governo	1. O chefe de governo é eleito livremente e os representantes legislativos nacionais determinam as políticas do governo? 2. O governo é livre de corrupção generalizada? 3. É o governo o responsável pelo eleitorado durante as eleições, e faz essa operação com abertura e transparência?
Liberdades Civis	Liberdade de Expressão e Crença	1. Existem meios de comunicação livres e independentes e outras formas de expressão cultural? (Nota: em casos que os meios de comunicação são controlados pelo Estado, mas oferecem pontos de vista pluralista, a pesquisa dá crédito do sistema.)

		2. As instruções e comunidades religiosas são livres para praticarem a fé deles e se expressarem em público e privado? 3. Existe liberdade acadêmica, e o sistema educacional é livre de extensa doutrinação política? 4. Existe aberta e livre discussão privada?
	Direitos de Associação e Organização	1. Existe liberdade de reunião, demonstração e discussão pública aberta? 2. Existe liberdade para organizações não-governamentais? (Nota: isto inclui organizações cívicas, grupos de interesse, fundações, etc.) 3. Existem sindicatos livres e organizações camponesas ou equivalentes, e existe negociação coletiva eficaz? Existem profissionais livres e outras organizações privadas?
	Estado de Direito	1. Existe um sistema judiciário independente? 2. O Estado de Direito prevalece em questões civis e penais? A política está sob controle civil direto? 3. Existe proteção contra terror político, prisão injustificada, exílio, ou tortura, se por grupos que apoiam ou se apõem ao sistema? Existe liberdade de guerra e revolta? 4. Leis, políticas e práticas garantem a igualdade de tratamento dos vários segmentos da população?
	Autonomia Pessoal e Direitos Individuais	1. Os cidadãos gozam de liberdade de viagem ou escolha de residência, emprego, ou instituição de ensino superior? 2. Os cidadãos têm o direito à própria propriedade e estabelecer empresas privadas? A atividade empresarial privada é indevidamente influenciada por funcionários do governo, as forças de segurança, partidos/organizações políticas, ou crime organizado? 3. Existem liberdades sociais pessoais, incluindo a igualdade de gênero, a escolha de parceiros de casamento, e tamanho da família? 4. Existe igualdade de oportunidades e a ausência de exploração econômica?

FONTE: Bispo (2015, p. 93-94).

Como podemos observar, as classificações da *Freedom House* se aproximam dos oito critérios sugeridos por Robert Dahl (1997) para avaliar a democracia. Sendo eles: (1) direito ao voto, (2) direito de ser eleito para cargos públicos, (3) direito de líderes políticos disputar apoio e votos, (4) liberdade de formar e de aderir à organizações, (5) liberdade de expressão, (6) fontes alternativas de informação, (7) eleições livres e idôneas, (8) instituições políticas democráticas. Deste modo, assim como Lijphart (2003), podemos facilmente considerar os países dito “livres” pela *Freedom House* como países democráticos, amparados em instituições políticas inclusivas.

O *Index of economic freedom*, indicador desenvolvido pela *think tank Heritage*, mensura o nível de liberdade econômica pelo mundo. A avaliação mede quatro categorias que determinam a liberdade econômica, sendo elas: (1) princípio de *rule of law*, (2) tamanho do governo, (3) eficiência regulatória e (4) mercados abertos. Essas quatro categorias possuem, por sua vez, uma avaliação que contém três subcategorias, conforme apresenta o quadro 2. Para determinar os valores de cada categoria, a Heritage

faz uma média das subcategorias, utilizando de subdivisões de pontuação para definir o valor das subcategorias. As subdivisões de pontuação são critérios que norteiam a análise e possuem cálculos próprios para mensurar a pontuação.

Quadro 2 – Categoria, subcategoria e subdivisões de pontuação do *Index of Economic Freedom*.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	SUBDIVISÕES DE PONTUAÇÃO
Estado de direito (Rule of law)	Direito de Propriedade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Direito de propriedade física.</li> <li>2. Direito de propriedade intelectual.</li> <li>3. Força de proteção ao investidor.</li> <li>4. Risco de expropriação.</li> <li>5. Qualidade de administração da propriedade.</li> </ol>
	Integridade do Governo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Confiança pública em políticos.</li> <li>2. Ausência de pagamentos irregulares e subornos.</li> <li>3. Transparência da formulação de políticas governamentais.</li> <li>4. Ausência de corrupção.</li> <li>5. Percepção de corrupção.</li> <li>6. Transparência do serviço governamental e civil.</li> </ol>
	Eficiência Judicial	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Independência judicial.</li> <li>2. Qualidade do processo judicial.</li> <li>3. Probabilidade de obtenção de decisões judiciais justas.</li> </ol>
Tamanho do Governo	Gastos do Governo	Inexistindo a identificação de um nível ideal de gastos do governo, o nível ideal varia de país para país, dependendo de fatores que vão além do desenvolvimento econômico. Aqui, a metodologia trata de zero gastos governamentais como referência. No entanto, a escala para a Pontuação dos gastos do governo é não linear, o que significa que os gastos do governo que está perto de zero é levemente penalizado, enquanto os níveis de gastos do governo que excedem 30% do PIB levam a pontuações muito piores de uma forma quadrática (por exemplo, a duplicação de gastos rende quatro vezes menos liberdade). Apenas níveis extraordinariamente grandes de gastos governamentais (por exemplo, mais de 58% do PIB) recebem uma pontuação de zero.
	Carga Tributária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de imposto marginal superior sobre o rendimento individual.</li> <li>2. Taxa de imposto marginal superior sobre o rendimento das empresas.</li> <li>3. A carga tributária total em percentagem do PIB.</li> </ol>
	Saúde Fiscal	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Déficits médios em percentagem do PIB para os últimos três anos.</li> <li>2. Dívida em percentagem do PIB.</li> </ol>
Eficiência Regulatória	Liberdade Comercial	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Iniciar um negócio (procedimento necessário, tempo, custo e capital mínimo em relação a percentagem de renda per capita).</li> <li>2. Obtenção de licença (procedimentos necessários, tempo, e custo em relação a percentagem de renda per capita).</li> <li>3. Fechar um negócio (tempo, custo e taxa de recuperação).</li> <li>4. Obter ligação à rede elétrica (procedimento, tempo e custo).</li> </ol>
	Liberdade de	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relação do salário-mínimo sobre o valor médio pago ao trabalhador.</li> <li>2. Impedimentos de contratar trabalhadores temporários.</li> </ol>

	Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Rigidez de horas de trabalho.</li> <li>4. Dificuldade de demitir funcionários redundantes.</li> <li>5. Período de aviso exigido por lei (obtenção de licenças e afins).</li> <li>6. Pagamento de indenizações obrigatórias.</li> <li>7. Taxa de participação da força de trabalho.</li> </ol>
	Liberdade Monetária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de inflação média em relação os últimos três anos.</li> <li>2. Controle de preços.</li> </ol>
Mercados Abertos	Liberdade de Comércio Exterior	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O peso da taxa tarifária média para o comércio internacional.</li> <li>2. A existência de barreiras não tarifárias.</li> </ol>
	Liberdade de Investimento	<p>O índice avalia uma série de restrições regulatórias que são impostas ao investimento. Para cada uma das restrições abaixo, o indicador reduz pontos do score ideal (100).</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O modo como o investimento estrangeiro é tratado.</li> <li>2. Transparência e burocracia em relação ao investimento estrangeiro.</li> <li>3. Tamanho das restrições a compra de propriedades imobiliárias.</li> <li>4. Tamanho da restrição de investimento nos setores econômicos.</li> <li>5. Ocorrência de expropriação de investimentos sem uma justa compensação.</li> <li>6. Controles cambiais nas operações estrangeiras.</li> <li>7. Nível do controle de capitais, isto é, se o movimento de capital interno ou externo exige uma aprovação ou enfrenta algumas restrições governamentais.</li> </ol>
	Liberdade Financeira	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A extensão da regulação governamental dos serviços financeiros.</li> <li>2. O grau de intervenção estatal em bancos e outras empresas financeiras através de titularidade direta e indireta.</li> <li>3. Influência do governo na alocação de crédito.</li> <li>4. O nível do desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais.</li> <li>5. Abertura à concorrência estrangeira.</li> </ol>

Fonte: tradução e elaboração própria a partir do relatório do *Index of economic freedom. Methodology*, 2018.

Todos os critérios têm o mesmo peso para o cálculo final do índice, que considera uma escala de 0 a 100. A partir dos resultados obtidos, a Heritage classifica os países da seguinte forma: países que possuem menos de 49,9 pontos são considerados como “reprimidos”, entre 50 a 59,9 pontos são considerados como “majoritariamente não-livres”, de 60 a 69,9 são considerados como “moderadamente livres”, de 70 a 79,9 são classificados como “majoritariamente livres”, por fim, países acima de 80 pontos são denominados como “livres”.

A discussão acerca da liberdade econômica, inevitavelmente, nos remete à relação entre indivíduo e Estado. Nesse sentido, a matriz filosófica do indicador formulado pela Heritage é bem evidente, na visão da instituição, a liberdade econômica relaciona-se com a autonomia individual. Entretanto, ainda que a ação do Estado interfira na liberdade econômica, pois interfere na autonomia individual, na perspectiva

da Heritage, o objetivo da liberdade econômica não se reduz a restrição ou ausência do governo, mas na criação e manutenção de um espaço de liberdade para todos.

Não obstante, os indicadores da *Freedom House* e da *Heritage* são referência no âmbito das ciências sociais, sendo abordado inclusive em diversos estudos de grande relevância na área (MAINWARING, BRINKS, PÉREZ-LIÑAN, 2001; LIJPHART, 2003; TILLY, 2013).

Para se efetuar uma análise objetiva, adotamos em nosso trabalho, uma metodologia quantitativa que se utiliza de procedimentos estatísticos, como regressão linear simples, possuindo como variável dependente o índice de desenvolvimento humano publicado no relatório de 2018, e como variável independente o *Index of economic Freedom* e *Freedom in the World* publicado nos seus respectivos relatórios de 2008.

Com o propósito de realizar um estudo significativo, que aborde uma camada considerável para a explicação pretendida por este trabalho, dos 194 países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), abordamos 131 nações, pois adotou-se os seguintes critérios de análise: (1) o reconhecimento amplo de Estados soberanos pela ONU; (2) possuir soberania nacional; (3) possuir uma população superior a três milhões de habitantes.

O primeiro critério foi adotado para eliminar eventuais países e territórios que possuem soberania parcialmente reconhecida, pois o debate acerca dos níveis de reconhecimento diplomático nos apresentaria questões para além da intenção desse trabalho. Portanto, casos como o de Taiwan e da Palestina não foram inseridos em nosso banco de dados.

A adoção do segundo critério relaciona-se a eliminação de territórios dependentes de um Estado, mas que não fazem parte como integrante desse Estado, como por exemplo a República de Ambazônia e Somaliland. Assim como tem por finalidade desconsiderar territórios que possuem especificidades políticas decididas por meio de acordos, como no caso Hong Kong e Porto Rico.

O terceiro e último critério foi estabelecido com o intuito de eliminar países pequenos e minúsculos em nossa análise, reduzindo assim o tempo necessário para a compilação dos dados necessários para esse trabalho. Cabe destacar que o nosso objetivo é trabalhar com nações grandes e populosas, que possuem um peso significativo na organização da humanidade em esfera mundial.

Por conseguinte, realizamos uma análise que contemplou 131 casos (países),

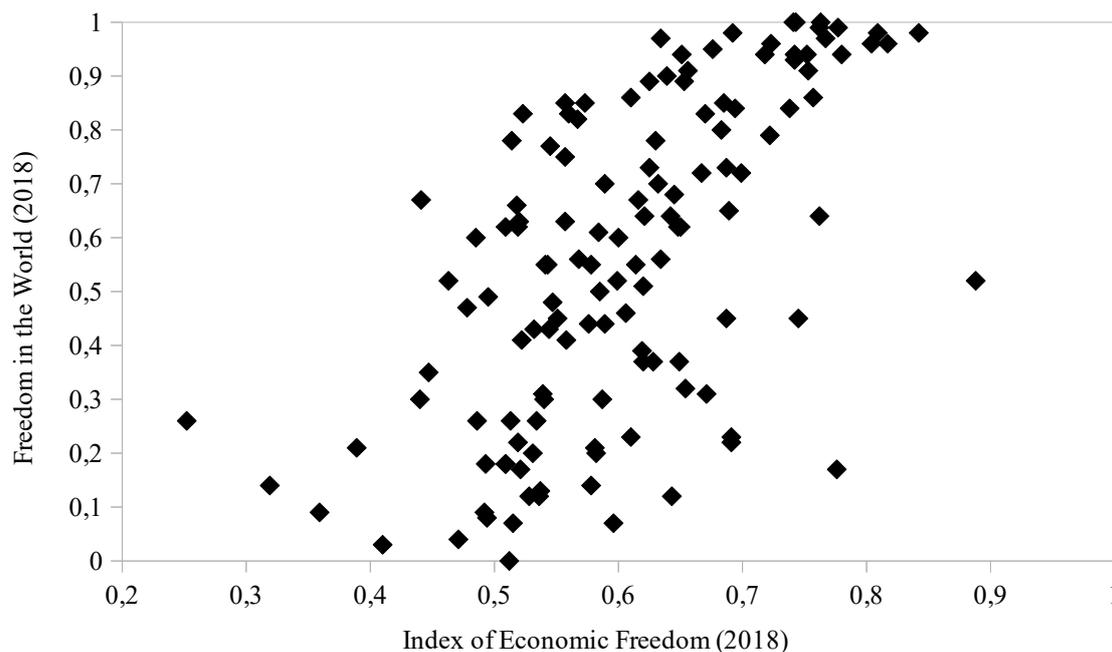
todos obedecendo os critérios mencionados acima. Assim, trabalhando com os dados da *Freedom House*, da *Heritage* e do PNUD, estabeleceu-se um intervalo temporal de 10 anos entre os indicadores da *Freedom House* e da *Heritage* em relação ao IDH, afinal, consideramos que os efeitos nos graus de liberdades políticas e econômicas, isto é, das instituições políticas e econômicas em Acemoglu e Robinson, levariam um tempo para surtir efeitos na qualidade de vida das pessoas, ou seja, no índice de desenvolvimento humano. Portanto, teremos o *Index of Economic Freedom* e *Freedom in the World* de 2008 relativamente ao IDH publicado no relatório de 2018.

A seguir examinaremos com maior detalhe as relações entre instituições políticas inclusivas (liberdade política) e instituições econômicas inclusivas (liberdade econômica) para a prosperidade (IDH).

## **6 ANALISE EMPÍRICA E TESTE DE HIPÓTESE**

Até aqui discutimos como instituições inclusivas, que resguardam as liberdades, pode atuar a favor do desenvolvimento humano e a existência de uma sinergia entre as instituições políticas e econômicas. Diante disso, a hipótese: quanto mais consolidadas as instituições políticas e econômicas inclusivas – traduzidos por liberdade política e liberdade econômica –, maior a qualidade de vida de uma nação. O gráfico a seguir apresenta a relação entre a liberdade política e a liberdade econômica, que conforme aponta Acemoglu e Robinson (2012) engendra círculos viciosos e círculos virtuosos.

Gráfico 1 - Índice de liberdade política e direitos civis e índice de liberdade econômica



Fonte: Freedom House. Freedom in the World, 2018. Heritage Foundation. Index of Economic Freedom, 2018. Dados processados pelo autor, correlação de Spearman a 0,63 (N=131).

O gráfico indica uma forte correlação (0,63) entre o índice de liberdade política desenvolvido pela Freedom House e o índice de liberdade econômica da Heritage<sup>78</sup>. Cada ponto no gráfico de dispersão representa um país. Devido à concentração e o grande número de casos não foi possível apontar quais países formam os pontos da dispersão.

As relações simbióticas dos tipos de liberdade que Amartya Sen destaca e a sinergia produzida pelas instituições inclusivas (ou de modo inverso, as extrativistas) conforme aponta Acemoglu e Robinson, podem facilmente ser identificadas quando os países que são considerados livres e majoritariamente livres pela Heritage, isto é, possuem mais de 0,70 pontos em nosso gráfico, são também as nações consideradas mais livres pela Freedom House. De modo inverso, somando os países que são considerados reprimidos com os majoritariamente não-livres, ou seja, apresentam menos de 0,59 pontos em nosso gráfico, são em grande maioria os países considerados não livres pela Freedom House. A tabela a seguir apresenta de modo mais claro essa relação, apontando em percentagem o número de países de acordo com a classificação das duas organizações.

7 Para fins de análise neste trabalho, consideramos os coeficientes de correlação da seguinte maneira: 0 a 0,19 = correlação fraca; 0,2 a 0,49 = correlação moderada; 0,5 a 0,69 = correlação forte. Acima de 0,69 = correlação extremamente forte.

8 Os indicadores que variam de 0 a 100, foram transformados para casa decimal de 0 a 1 para padronizar com o IDH e facilitar as análises.

Tabela 1 - Distribuição em percentagem da classificação dos países de acordo com a Freedom House (2018) e a Heritage Foundation (2018)

Classificação dos países	Livres	Majoritariamente livres	Não livres	Frequência acumulada (%)
Livres	3 (4)	0,8 (1)	0 (0)	3,8
Majoritariamente livres	12,2 (16)	2,3 (3)	0,8 (1)	19,1
Moderadamente livres	16 (21)	11,4 (15)	4,6 (6)	51,1
Majoritariamente não livres	6,1 (8)	16 (21)	13,7 (18)	88,8
Reprimidos	0 (0)	3,8 (5)	9,2 (12)	100
<b>Total</b>	<b>37,3 (49)</b>	<b>34,3 (45)</b>	<b>28,3 (37)</b>	<b>100 (131)</b>

Fonte: Freedom in the World. Index of Economic Freedom. Elaboração própria, entre parênteses, o número de casos (N).

O único caso que realmente destoa muito da hipótese acerca da sinergia entre as liberdades é o caso de Singapura, por ter um indicador de liberdade econômica mais próximo de um, enquanto o indicador de liberdade política está próximo de 0,5. Talvez essa incidência ocorra pela influência da tese de Lee Yuan Yew que, como apontamos, defende uma ideia de um sistema político rígido que ajude a estimular o desenvolvimento econômico.

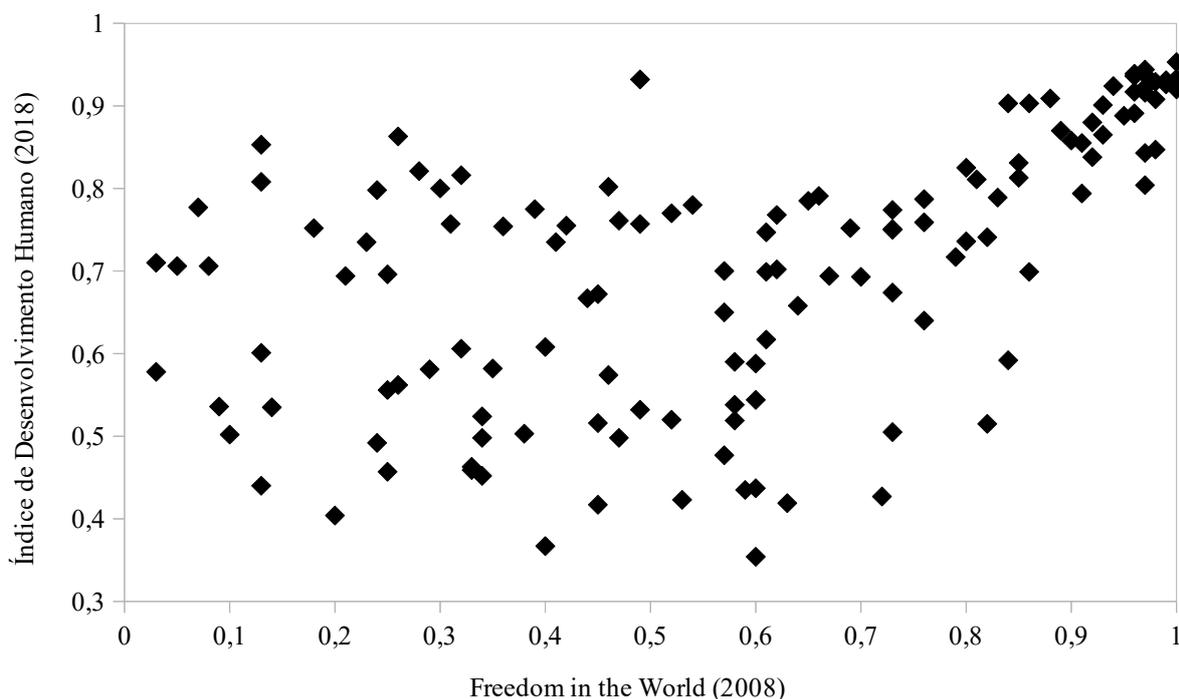
De acordo com o relatório da Freedom House (2018), o sistema político parlamentar de Singapura tem sido dominado pelo *People's Action Party* (PAP) e pela família do atual primeiro-ministro Lee Hsein Loong desde 1959, ou seja, antes mesmo da sua independência que ocorreu em 1965 com o ex-primeiro ministro Lee Yuan Yew. O cenário construído pelo PAP para proporcionar um desenvolvimento econômico considerável, foi um forte incentivo ao empreendedorismo e um quadro eleitoral e jurídico que permite um certo pluralismo político, entretanto, limita as liberdades de expressão, de associação e restringe o crescimento de partidos políticos de oposição. Resta saber se a garantia das liberdades econômicas necessitam apenas de um certo grau de liberdade política, ou se as restrições impostas pelo governo em questões políticas poderão repercutir futuramente no desempenho econômico de Singapura, forçando uma demanda por aumento de liberdades políticas. Evidentemente, um estudo de caso mais aprofundado acerca de Singapura se faz necessário.

Outro caso que destoam, ainda que em menor medida, da relação entre liberdade política e liberdade econômica é os Emirados Árabes Unidos (EAU). O EAU é uma federação composta por sete monarquias, a Heritage classifica a nação com altos scores para o *rule of law* – que compreende o direito de propriedade privada, eficiência jurídica e integridade do governo – e a carga tributária (subcategoria do tamanho do governo). A

carga tributária possui uma pontuação elevada (99,2 de 100), devido à inexistência de um imposto de renda ou taxas de imposto para o nível corporativo em âmbito federal. Entretanto, a categoria de *rule of law* apresenta divergências entre a Heritage e a Freedom House. A pontuação alta que a Heritage dá ao EAU em relação ao estado de direito, ocorre devido ao fato de que há um grande resguardo do direito de propriedade, no qual cada emirado estabelece procedimentos próprios acerca da posse de terra. Não obstante, a Heritage compreende que o estado de direito é bem conservado, pois o país se apresenta como um dos países menos corruptos da região, embora a corrupção e o nepotismo persistam. Em outra perspectiva, a Freedom House classifica como “não livre”, pois leva em consideração as limitações políticas impostas pelo Supremo Conselho Federal – organização dos governantes dinásticos dos sete emirados, maior órgão do país. A Freedom House classifica o estado de direito do EAU com três pontos, de um total de dezesseis. Essa baixa pontuação apresentada ocorre, principalmente, devido ao judiciário totalmente dependente, com decisões sujeitas a revisão das lideranças políticas. A relação entre o executivo e o judiciário é estreita e, possivelmente, de submissão, afinal, os juízes são nomeados pelo executivo, e o judiciário enquanto instituição é gerido em grande parte por funcionários do executivo (FREEDOM HOUSE, 2018).

Apesar do curioso caso de Singapura e, em certa medida, dos Emirados Árabes Unidos, ao que tudo indica, é difícil que exista uma grande distância entre a liberdade econômica e a liberdade política. A tendência que se apresenta no gráfico anterior, revalida a ideia de Acemoglu e Robinson acerca da sinergia entre as instituições políticas e econômicas inclusivas, porém, revalida ainda mais a simbiose das liberdades descritas por Amartya Sen, haja vista que estamos utilizando os indicadores que mensuram as liberdades como um *proxy* para a teoria de Acemoglu e Robinson. Para avaliar o quanto essa relação entre as liberdades representa para a prosperidade das nações e para melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, realizamos uma regressão linear simples para cada um dos indicadores de liberdade frente ao índice de desenvolvimento humano, respeitando o intervalo de tempo que mencionamos anteriormente. O gráfico abaixo apresenta a relação entre a liberdade política e o IDH.

Gráfico 2 - Índice de desenvolvimento humano e índice de liberdade política e direitos civis



Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2018. Freedom House. Freedom in the World, 2008. Dados processados pelo autor, correlação de Spearman a 0,59 (N=131).

A intensidade de correlação apresentado nesse segundo gráfico, indica uma forte correlação (0,59) entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2018 e o índice de liberdade política do ano de 2008. A forte correlação entre essas duas variáveis pode nos apontar a repercussão das liberdades políticas para o desenvolvimento humano em um intervalo de tempo relativamente moderado.

Curiosamente, a concentração dos países mais livres de acordo com a Freedom House em 2008, são os mesmos países que possuem o IDH mais elevado em 2018. Entretanto, isso não significa necessariamente uma causalidade, mas que conforme aponta Sen (2000), a democracia e as liberdades políticas são um modo de salvaguardar o desenvolvimento.

No sentido oposto de nossa hipótese, os países que possuem um desenvolvimento humano muito alto e são considerados “não livres” pela Freedom House, podem ser classificados em dois grupos: (1) países de matriz árabe e (2) países descendentes da União Soviética.

Os países de matriz árabe compreende Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Omã. Todos esses países são economicamente dependentes do petróleo e possuem uma modernização em que o Estado controla as desigualdades de modo que proporciona

um estado de bem-estar à população. Assim, o controle político-social das instituições políticas extrativistas, que se manifesta em um baixo índice de liberdade política, tem sua salvaguarda no fato do Estado entregar uma boa qualidade de vida à população. De fato, é muito difícil realizar críticas ao sistema ditatorial árabe – em um aspecto estritamente econômico, sem levar em considerações as violações aos direitos humanos –, justamente porque eles possuem um IDH muito satisfatório. Contudo, a grande questão é justamente a manutenção desse IDH para os próximos séculos, visto que como nos lembra Acemoglu e Robinson (2012), países de matriz econômica muito dependente do petróleo, são países que daqui cinquenta anos podem estar fadado ao fracasso, pois estão sujeitos a possíveis quedas do petróleo.

Os países descendentes da União Soviética, por sua vez, são mais complexos de realizar uma análise, visto a discrepância entre nações como Lituânia, Estônia, Letônia que possuem um alto índice de liberdade política e um IDH muito alto, e países como Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia, onde o IDH é muito elevado, porém há baixíssimos índices de liberdade política. Uma das possibilidades de se explicar o IDH muito alto desses últimos três países, está justamente na ideia do modelo chinês de crescimento, na qual a reformulação interna possui um papel essencial, porém a ideia de um estado guiando o crescimento econômico e controlando, na medida do possível, o bem-estar da sociedade, ainda predomina.

Evidentemente, é necessário realizar um estudo de caso sobre os países descendentes da união soviética, de modo que possamos entender as lógicas por trás de cada nação, compreendendo os rumos tomado por cada país e a relação das liberdades políticas e o IDH nesses casos tão heterogêneos.

Ainda assim, há outros dois casos interessantes de se analisar, um deles é claramente observável no gráfico anterior, se destacando por estar isoladamente com um altíssimo IDH e uma liberdade política próximo a 0,5. Entretanto, o outro caso aparece de modo menos nítido, mas pode facilmente ser identificado quando traduzimos o gráfico para uma tabela. Nesse sentido, a tabela seguinte apresenta o gráfico anterior a partir da distribuição dos países de acordo com a classificação das duas organizações – PNUD e Freedom House.

Tabela 2 - Distribuição em percentagem da classificação dos países de acordo com a Freedom House (2008) e o PNUD (2018)

Classificação dos países	Livres	Majoritariamente		Frequência acumulada (%)
		livres	Não livres	
Desenvolvimento humano muito alto	<b>25,9 (34)</b>	<b>1,5 (2)</b>	<b>4,6 (6)</b>	<b>32</b>
Desenvolvimento humano alto	<b>7,6 (10)</b>	<b>10,7 (14)</b>	<b>6,9 (9)</b>	<b>57,2</b>
Desenvolvimento humano médio	<b>3,8 (5)</b>	<b>8,4 (11)</b>	<b>6,9 (9)</b>	<b>76,3</b>
Desenvolvimento humano baixo	<b>2,3 (3)</b>	<b>14,5 (19)</b>	<b>6,9 (9)</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>39,6 (52)</b>	<b>35,1 (46)</b>	<b>25,3 (33)</b>	<b>100 (131)</b>

Fonte: Freedom in the World. Relatório de Desenvolvimento Humano. Elaboração própria, entre parênteses, o número de casos (N).

Singapura e Malásia são os dois países que compreendem um IDH muito alto e são majoritariamente livres. A respeito de Singapura, realizamos um breve comentário anteriormente, seria necessário um subcapítulo inteiro apenas para tratar da ambiguidade do caso singapuriano que articula instituições econômicas inclusivas com instituições políticas restritas<sup>9</sup>. Acemoglu e Robinson não apresentam nenhuma análise a respeito de Singapura, entretanto, fazem prospecções a respeito da relação entre instituições políticas extrativistas e instituições econômicas inclusivas.

Quando o crescimento se dá sob instituições políticas extrativistas, mas onde as instituições econômicas apresentam traços inclusivos, conforme se deu no caso da Coreia do Sul [autor se refere ao crescimento sul-coreano sob o autoritarismo do regime Park a partir do golpe militar de 1961], há sempre risco de que as instituições econômicas se tornem mais extrativistas e o crescimento seja interrompido. Os detentores do poder político acabarão achando mais interessante usar seu poder para restringir a competição, para aumentar a sua fatia do bolo ou mesmo pilhar e saquear os outros em vez de apoiar o progresso econômico. A distribuição e a capacidade de exercer o poder acabarão, em última instância, solapando as próprias fundações da prosperidade econômica, a menos que as instituições políticas se convertam de extrativistas em inclusivas (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012, p. 74-75).

Na lógica que Acemoglu e Robinson apresentam, Singapura tenderia a uma transição das instituições políticas extrativistas para as inclusivas, conforme ocorreu com a Coreia do Sul, onde a partir de uma confluência de fatores, tornou-se uma democracia pluralista em 1992. Entretanto, considerando que as instituições econômicas singapurianas já tenham se tornado inclusivas o suficiente para esvaziar um dos fortes

9 Acemoglu e Robinson apenas efetuam a conceituação de instituições inclusivas e extrativistas. Certamente, países que possuem um grau de liberdade moderado não se enquadrariam perfeitamente entre essas duas classificações, portanto, desenvolvemos o conceito de instituições restritas para melhor representar esses países que não se ajustam satisfatoriamente a teoria dos autores. Podemos compreender as instituições restritas como uma mistura entre as instituições inclusivas e extrativistas, que carrega em si aspectos de ambos os conceitos, com maior ou menor intensidade de um ou outro.

sustentáculos das instituições políticas extrativistas e, tendo em vista a situação atual do país, podemos pressupor que essa transição não ocorreu devido à existência de instituições políticas restritas, ou seja, os dirigentes ignoram as liberdades civis, afastam os cidadãos de exercerem o controle real sobre o governo – ainda que ocorram eleições, garantem um *rule of law* restrito e uma imprensa comprometida, com pequenos graus de liberdade. Embora Singapura se constitua de instituições econômicas inclusivas, o antagonismo com as instituições políticas extrativistas é amenizado quando adota-se uma democracia de baixa intensidade, distanciando-se de um autoritarismo puro.

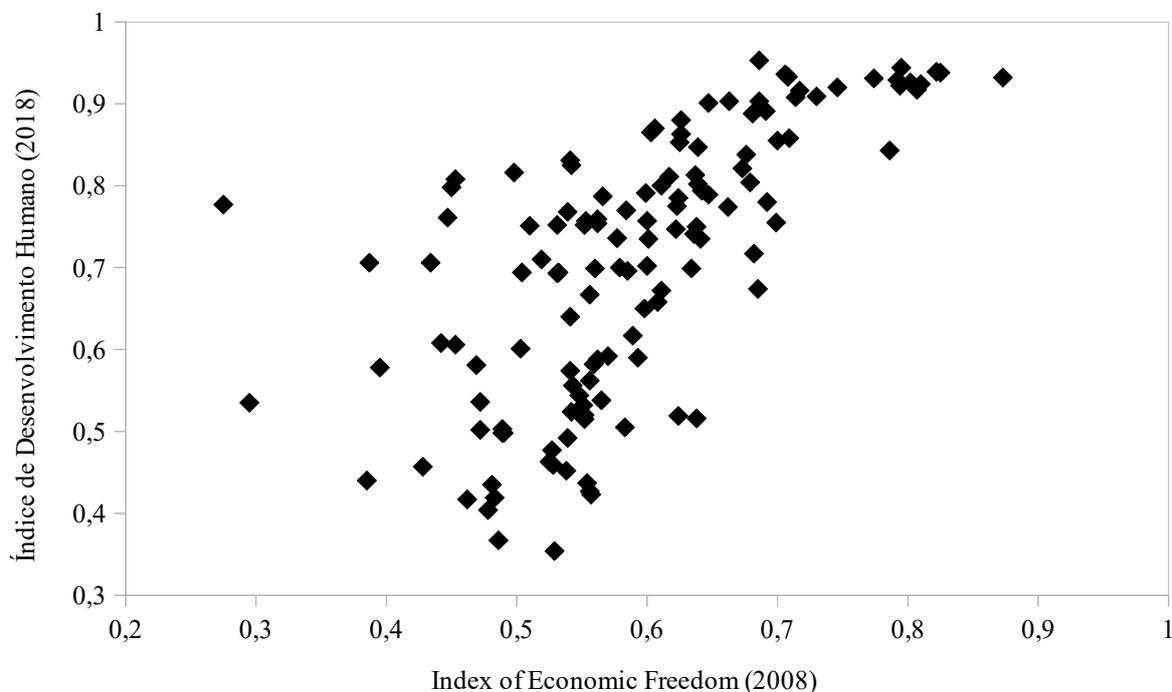
Na mesma linha que Singapura, a Malásia possui elementos bem próximos: uma democracia restrita que, de acordo com a Freedom House, é governada por uma coalizão política que se mantém no poder manipulando os distritos eleitorais. Não obstante, a Barisan Nasional (BN) é a mesma coalização desde sua independência em 1957. As liberdades civis são constitucionalmente garantidas na Malásia, porém na prática as instituições políticas restritas se manifestam.

O caso malasiano é interessante de se analisar, as instituições econômicas inclusivas têm se afluído nos últimos dez anos. Conforme os dados da Heritage, a Malásia tem apresentado um crescimento no índice de liberdade econômica, possuindo um status de moderadamente livre, com 63,9 pontos em 2008, e apresentando o status de majoritariamente livre, com 74,5 pontos em 2018. A questão para a Malásia é se esse afluimento das instituições econômicas inclusivas influenciarão o progresso das instituições políticas inclusivas, como no caso da Coreia do Sul, ou se as instituições econômicas inclusivas não terão capacidade de repercutir nas instituições políticas restritas da Malásia, como no caso de Singapura.

Outros casos que contrastam com a hipótese de nosso trabalho – quanto maior a liberdade política, maior o IDH –, são três países africanos que possuem (ou possuíam, como o caso de Mali que passou por um golpe em 2012) um alto grau de liberdade política, porém um baixo desenvolvimento humano. Benin, Mali e Senegal são facilmente explicáveis, uma vez que Acemoglu e Robinson (2012) diriam que apenas liberdade política, ou melhor, apenas instituições políticas inclusivas não conseguiriam sustentar o sucesso de uma nação. De acordo com os autores, as instituições econômicas possuem um papel fundamental, ou seja, para compreender o desempenho de um país é necessário um olhar não apenas para as instituições políticas, mas também para as econômicas. Assim, ainda que Benin, Mali e Senegal possuam um alto grau de liberdade política, as restrições na liberdade, conforme aponta a Heritage, inviabilizam o

pleno desenvolvimento desses países. Pensando nessa perspectiva, realizamos uma análise que compreende a relação das liberdades econômicas perante a qualidade de vida humana, conforme apresenta o gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Índice de desenvolvimento humano e índice de liberdade econômica



Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2018. Heritage Foundation. Index of Economic Freedom, 2008. Dados processados pelo autor, correlação de Spearman a 0,72 (N=131).

O gráfico indica uma correlação extremamente forte (0,72), entre o índice de liberdade econômica de 2008 perante o índice de desenvolvimento humano de 2018. A intensidade dessa correlação pode nos dar fortes indícios de que a produção de instituições econômicas mais inclusivas que, por sua vez, resguardam as liberdades econômicas e evita a falência dos mercados, incide na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Claramente, até mesmo para aqueles que tem pouca afeição a gráficos, consegue observar que os países considerados pela Heritage como livres e majoritariamente livres no ano de 2008, absolutamente todos possuem um IDH muito alto, conforme relatório de 2018 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Nessa mesma lógica, porém de modo inverso, há uma grande concentração de países considerados majoritariamente não livres e reprimidos com um IDH baixo, para ser mais exato, 22,1% dos 131 países abordados em nosso estudo se situam nessa

posição. Com exceção de Benim, Mali<sup>10</sup> e Senegal que possuem instituições políticas inclusivas e são considerados livres pela Freedom House (2008), todos os outros países que apresentaram um IDH abaixo possuem uma coisa em comum: instituições políticas e econômicas extrativistas ou restritas.

Evidentemente, existem casos que destoam muito de nossa hipótese, se apresentam com instituições econômicas extrativistas e possuem um IDH muito alto. Apenas como título de curiosidade, o país que apresenta o menor score de liberdade econômica, possui também um IDH alto e encontra-se bem afastado dos outros países no gráfico anterior, é a República de Cuba. O caso cubano, assim como outros casos de países classificados como reprimidos, mas com um IDH alto (como Irã, Turcomenistão, Venezuela e Líbia), são países com instituições econômicas e políticas extrativistas, mas que tentam assegurar um estado de bem-estar relativo. A tabela abaixo apresenta de modo mais perceptível a distribuição dos países de acordo com a classificação da Heritage em relação aos dados da PNUD.

Tabela 3 - Distribuição em percentagem da classificação dos países de acordo com a Heritage Foundation (2008) e o PNUD (2018)

Classificação dos países	Livres	Majoritaria mente livres	Moderada mente livres	Majoritaria mente não livres	Reprimi dos	Frequência acumulada (%)
Desenvolvimento humano muito alto	4,5 (6)	9,9 (13)	14,5 (19)	1,5 (2)	1,5 (2)	31,9
Desenvolvimento humano alto	0 (0)	0 (0)	11,4 (15)	9,9 (13)	3,8 (5)	57
Desenvolvimento humano médio	0 (0)	0 (0)	3,0 (4)	13 (17)	3,0 (4)	76
Desenvolvimento humano baixo	0 (0)	0 (0)	1,5 (2)	12,2 (16)	9,9 (13)	100
<b>Total</b>	<b>4,5 (6)</b>	<b>10,7 (13)</b>	<b>30,4 (34)</b>	<b>36,6 (48)</b>	<b>18,2 (24)</b>	<b>100 (131)</b>

Fonte: Index of Economic Freedom. Relatório de Desenvolvimento Humano. Elaboração própria, entre parênteses, o número de casos (N).

Em relação aos casos que mais se divergem das hipóteses desse trabalho, destaquemos o caso de quatro países que possuem um IDH muito alto, porém são classificados pela Heritage (2008) como majoritariamente não livres e reprimidos, ou

10 Em 2012, Mali perdeu seu status de país livre pela Freedom House, pois sofreu um golpe militar, fruto de uma erosão das instituições políticas inclusivas. Seria necessário um estudo de caso mais aprofundado sobre a questão, entretanto, Acemoglu e Robinson diriam que esse é o resultado dos antagonismos entre instituições inclusivas e extrativistas. No caso de Mali, instituições políticas inclusivas e instituições econômicas extrativistas.

seja, possuem baixos indícios de liberdade econômica, reverberando na existência de instituições econômicas extrativistas.

Os dois países reprimidos compreendem a Rússia e a Bielorrússia, ambos são Estados soberanos herdeiros da dissolução da União Soviética. Como havíamos mencionado, é sempre muito difícil de se realizar uma análise dos países que se formaram após o desmanche da União Soviética, afinal, são vários casos e diferentes países percorreram diferentes processos. Alguns países, como a Estônia e Lituânia desenvolveram uma democracia e uma economia de mercado, as instituições políticas e econômicas inclusivas se afloraram e o país encontra-se rumo a prosperidade. Todavia, outras nações como Uzbequistão e Quirguistão, assim como outras repúblicas ex-soviéticas, apenas reproduziram a lógica das instituições extrativistas da União Soviética.

Ainda assim, o caso da Rússia e da Bielorrússia nos remete a duas possibilidades. A primeira, possivelmente defendida por Acemoglu e Robinson, entende que as instituições extrativistas desses dois países, que podem ter ou não traços soviéticos, não se sustentará, justamente por sua natureza extrativista que não abre espaço e incentivos para destruição criativa e inovação, engendrando um crescimento de vida curta. Outro fato que Acemoglu e Robinson apresentariam seria a relação das elites desses dois países com as instituições extrativistas, no qual os ganhos significativos que essas instituições extrativistas geram para a elite russa e bielorrussa, constitui, portanto, fortes incentivos para que outros grupos se empenhem em tomar o lugar da elite dominante.

A segunda possibilidade explicativa remete, por sua vez, a uma ideia de um *telos* oriundo de matriz soviética preocupado em estabelecer uma igualdade econômica entre os agentes. O *telos* socialista condiciona essas duas nações a limitar as liberdades econômicas, justamente por conta da externalidade da liberdade econômica, que é criar desigualdades. Por consequência, Rússia e Bielorrússia estruturam instituições econômicas extrativistas, mas entregam, de acordo com suas capacidades, um desenvolvimento humano satisfatório a suas respectivas populações. Certamente, cabe nos questionarmos mais a respeito da sustentabilidade dessas ações.

Os outros dois países que possuem um status de majoritariamente não livres em 2008 e se apresentaram com um IDH muito alto em 2018, são a Argentina e a Croácia. O caso argentino é digno de mérito e deixa muitos economistas perplexos. O país oscila entre estar desenvolvido e subdesenvolvido, já foi um dos países mais ricos do mundo e

de uma população de mais alto grau de escolaridade da América Latina. Compreender a questão da Argentina para Acemoglu e Robinson, fica mais evidente quando examinamos a partir da teoria das instituições inclusivas e extrativistas proposta pelos autores. O caso da Argentina é facilmente entendido como um clássico crescimento sob instituições extrativistas.

Na época, o país era governado por uma pequena elite de pesados investimentos na economia agrícola de exportação. O crescimento econômico se deu graças à exportação de carne, couro e grãos em um período de *boom* dos preços mundiais dessas commodities. Como todas experiências similares de crescimento sob instituições extrativistas, não havia destruição criativa nem inovação envolvidas, nem era uma situação sustentável. Por volta da Primeira Guerra Mundial, a crescente instabilidade política e uma sucessão de revoltas armadas levaram as elites argentinas a tentar abrir o sistema político – com o efeito, porém, de mobilizar forças que elas não tinham condições de controlar. Assim, em 1930, ocorreu o primeiro golpe militar. Entre esse ano e 1983, o país oscilou repetidamente entre o totalitarismo e a democracia, bem como entre diversas instituições extrativistas [...]. Nos períodos de governo civil, havia eleições – uma democracia entre aspas, por assim dizer, pois o sistema político estava longe de ser inclusivo. A partir da ascensão de Perón, nos anos 1940, a democracia argentina esteve dominada pelo partido político fundado por ele, o Partido Justicialista, em geral chamado apenas de Peronista. Os peronistas venciam as eleições graças a uma portentosa máquina política, que lhes angariava a vitória por meio de compra de votos, da patronagem e da corrupção generalizada, incluindo-se a concessão de contratos e cargos no governo em troca de apoio político. Em certo sentido, era uma democracia, ainda que nada pluralista (ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. 2012. p. 299).

Não obstante, ainda na leitura de Acemoglu e Robinson, até mesmo os líderes eleitos por vias democráticas na Argentina, comportam-se como ditadores larápios e efetuam medidas compatíveis com as de instituições extrativistas, como o caso do *El Corralito*<sup>11</sup>.

A Croácia, por sua vez, desde sua independência em relação a República Socialista Federativa da Iugoslávia, tem apresentado a transição de instituições extrativistas para instituições inclusivas, repercutindo em aumentos graduais nas liberdades políticas e econômicas do país. Nesse sentido, se no ano de 2008 a Croácia era considerado majoritariamente não livre, no período de 2018, o país é classificado como moderadamente livre pela Heritage. Entretanto, isso não significa que a Croácia esteja se livrando de fato das instituições extrativistas, afinal, de acordo com a Freedom

<sup>11</sup> Medida empregada pelo governo neoliberal de Fernando de la Rúa que congelava as contas bancárias, permitindo apenas saque em pesos, onde automaticamente qualquer saque em dólar seria convertido em peso, posteriormente o governo converteu compulsoriamente todas as contas-correntes que estavam em dólar sem respeitar a desvalorização. Anteriormente, Carlos Menem atrelou um peso argentino a um dólar americano, com a eventual desvalorização do peso, no período do *El Corralito*, quatro pesos equivaliam a um dólar. A título de exemplo, um indivíduo que tinha economizado US\$ 1 mil, de repente se viu com apenas US\$ 250.

House e com a Heritage (2018), o país sofre sérios problemas de corrupção no setor público, baixa eficiência judicial e pouco respeito à propriedade privada. Tal aspecto retrata de um lado, a resiliência das instituições econômicas extrativistas, de outro, a força das instituições políticas inclusivas em atrito com as instituições econômicas extrativistas, retirando o estado de inércia e tornando-as mais economicamente inclusivas no decorrer do tempo.

Até o presente momento, averiguamos como os dados caminham em direção a nossa hipótese: quanto mais inclusivas forem as instituições políticas e econômicas, maior será a sua qualidade de vida humana. Todavia, as correlações realizadas simplesmente apresentam a existência de uma relação entre elas, sem qualquer indício de causa e efeito. Com o objetivo de demonstrar uma causalidade entre as instituições inclusivas e o desenvolvimento humano, realizamos uma regressão linear simples, com dois modelos de variáveis independentes – Freedom in the World de 2008 e Index of Economic Freedom de 2008 –, possuindo como variável dependente o Índice de desenvolvimento humano do relatório publicado no ano de 2018.

Tabela 4 - Modelo para índice de desenvolvimento humano

	Freedom in the World (2008)	Índice de Economic Freedom (2008)
Beta	0,308 (4,2)	1,007 (9,9)
Constante	0,524 (2,7)	0,109 (5,9)
R <sup>2</sup>	0,293	0,446
Teste F	53,6	103,8
N	131	131

Fonte: dados processados pelo autor. O desvio-padrão está entre parênteses.

Ambas as variáveis independentes apresentaram associação significativa, conforme aponta o teste F de significância. Em relação ao Freedom in the World, um aumento de 0,1 (ou 10 pontos no score agregado original da Freedom House) de liberdade política, incide em um aumento de 0,031 no IDH. Assim sendo, podemos prever que um país tenha um índice de liberdade política de 0,8 (considerado livre pela Freedom House) irá ter um IDH alto {0,770 ou  $Y=0,524+0,308(0,8)$ } ao passo que uma nação que teria um índice de liberdade política de 0,3 (não livre), teria um IDH médio {0,678 ou  $Y=0,524+0,308(0,3)$ .

Da mesma maneira que a liberdade política, a liberdade econômica influencia bastante no desenvolvimento humano dos países. Podemos estimar, segundo o modelo apresentado, que um aumento de 0,1 (ou 10 pontos no score agregado original da Heritage) na liberdade econômica, reflete em um aumento de aproximadamente 0,1 no

IDH. Desse modo, podemos predizer que um país que tenha um índice de liberdade econômica de 0,8 (considerado livre pela Heritage) possuirá um IDH muito alto  $\{0,912$  ou  $Y=0,109+1,007(0,8)\}$  ao passo que um país que tenha um índice de liberdade econômica de 0,3 (considerado reprimido), teria um IDH baixo  $\{0,411$  ou  $Y=0,109+1,007(0,3)\}$ .

As regressões lineares demonstram como a limitação de liberdades políticas e econômicas repercutem no desenvolvimento humano e, por consequência, na qualidade de vida das pessoas. Assertivamente, Acemoglu e Robinson, são felizes em apresentar a ótica do papel das instituições políticas e econômicas para o sucesso de um país, logo, considerando todos os dados apresentados até o presente momento, implica-se na aceitação da hipótese. Entretanto, o  $R^2$  de ambos os modelos possuem limitações para explicar a totalidade da variação do IDH.

Apenas como título de explicação, o  $R^2$  pode ser compreendido como um grau de explicação da variação em relação ao fenômeno. Em nosso caso, 29,3% da variação do IDH é explicado pela variação na liberdade política de um país, enquanto a liberdade econômica tem capacidade de explicar 44,6% da variação do IDH.

Evidentemente, existem outros fatores que podem explicar de um melhor modo o sucesso de um país: questões culturais e sociais, assim como outras variáveis que podem vir a influenciar a variação do IDH, como por exemplo o PNB, o PIB per capita, a escolaridade e até mesmo o próprio contexto econômico

Certamente, teríamos um intenso modelo explicativo caso incluíssemos tais variáveis. Contudo, abranger todas essas variáveis demandaria de um grande esforço e exigiria um estudo que necessitaria de uma maior quantidade de tempo.

Para finalizar, ainda que alguns países encontrem-se sob os critérios deste trabalho, a ausência de dados de alguns países não permitiu anexá-los em nosso banco de análise. Dentre esses casos, destaca-se a Somália, país em que a instabilidade política e a guerra civil reflete na ausência de dados fornecidos pela PNUD e pela Heritage. O Sudão do Sul que apesar de estar dentro de nossos critérios, a sua independência ocorreu apenas em 2011, ou seja, período posterior ao nosso recorte. O Iraque que não possui dados de liberdade econômica. Por fim, a Coreia do Norte que não permitiu que a PNUD efetuasse o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano devido a imprecisão dos dados disponibilizados.

## CONCLUSÃO

A pesquisa teve como ponto de partida o estudo realizado por Daron Acemoglu e James Robinson. De acordo com os autores, podemos compreender o sucesso e o fracasso das nações a partir de suas instituições. Assim sendo, países que possuem instituições inclusivas encontram-se rumo a prosperidade, enquanto países que em seu âmago apresentam instituições extrativistas estão em direção ao colapso.

Em uma leitura clássica smithiana, o sucesso de uma nação pode ser entendido de acordo com a sua capacidade produtiva. Nesse ínterim, a análise do desenvolvimento teve como foco uma perspectiva econômica, estabelecendo como parâmetros de análise a riqueza nacional ou a capacidade de produção de bens e serviços de um determinado país. Todavia, Amartya Sen destaca o equívoco na interpretação do desenvolvimento fundamentando-se apenas no crescimento do PIB ou no aumento da riqueza nacional. De fato, o desenvolvimento econômico tem sua significância para aumentar o padrão de vida das pessoas, entretanto, a noção do desenvolvimento, do sucesso e a prosperidade de um país requer um entendimento mais amplo, que esteja de fato ligado com a capacidade dos indivíduos em viver bem para alcançar, se assim quiserem, a plenitude da sua existência.

Para Aristóteles, a riqueza não é um fim, mas sobretudo, um elemento útil ao interesse de outra coisa. Assim, como poderíamos considerar a prosperidade de uma nação mediante apenas a sua riqueza? Certamente, Aristóteles responderia que o sucesso de um país deriva da felicidade de seus membros, afinal, é a busca pela felicidade a partir da *eudaimonia* que eleva as pessoas e, portanto, eleva tanto o desenvolvimento do sujeito quanto das nações. Entretanto, a felicidade em si não bastaria para considerarmos a prosperidade de uma nação, logo que, “o homem feliz, enquanto homem, necessita também de bens exteriores, pois nossa natureza não basta a si mesma para os fins da contemplação.”<sup>12</sup>

Influenciado pelo pensamento aristotélico, no qual o sentido do desenvolvimento transcende aspectos meramente econômicos, Amartya Sen integra um debate filosófico acerca do sucesso de uma nação, originando o conceito de desenvolvimento humano. Não desconsiderando elementos relativos à economia, o conceito de desenvolvimento humano abrange questões relativas a felicidade, qualidade de vida, expansão das capacidades humanas, bem-estar social e individual.

---

12 In: *Ética a Nicômaco*, livro X, 1178 b 30-35

Deste modo, o procedimento metodológico utilizado para averiguar se a proposta de Acemoglu e Robinson apresentariam uma consistência para compreender a lógica do sucesso de um país foi o índice de desenvolvimento humano. Traduzimos os conceitos de instituições políticas e econômicas inclusivas a partir do índice de liberdade política e do índice de liberdade econômica, afinal, são as instituições que asseguram e contribuem para as nossas liberdades. Na perspectiva dos autores, seriam as instituições inclusivas que possuem o papel de expandir as liberdades, por conseguinte, entendemos que quanto maior o grau de liberdade, mais inclusivas são as instituições.

Destarte, se as instituições inclusivas são os motores para a prosperidade de uma nação e tendo bem definido o que seria uma nação bem-sucedida, inferimos análises a partir de duas variáveis independentes – liberdade política e econômica – em relação a uma variável dependente, o IDH.

Com base nos 131 casos abordados, percebeu-se como as instituições inclusivas possuem uma alta significância para o sucesso de um país. Estados que apresentam maiores níveis de liberdade política e econômica, tendem a possuir um grau maior de desenvolvimento humano. Desse modo, a ideia de que instituições inclusivas trilha os caminhos de uma nação rumo à prosperidade encontra respaldo empírico considerável.

Ainda que passível de todas as críticas possíveis, esse estudo não pode deixar de mencionar o fato de que a explicação para o sucesso e o infortúnio de um país não pode mais se basear exclusivamente em um passado, mas sim encontrar fundamentos – ainda que careçam de soluções fáceis – para o que eleva a capacidade das pessoas e os caminhos possíveis para construir sociedades melhores.

## 7 REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por Que as Nações Fracassam: As origens do poder, prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALVAREZ, Mike; CHEIBUB, José A.; LIMONGI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam. Classifying political regimes for the ACLP data set. *Studies in International Comparative Development*, 31: 3-36, 1996.

ARATO, Andrew. Representação, Soberania Popular e Accountability. *Lua Nova*, São Paulo, nº 55-56, 2002, p. 85-103.

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. Tradução de Torrieri Guimarães. 6ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BANERJEE, Abhijit; DUFLO, Esther. *A Economia dos Pobres: Repensar de modo radical a luta contra a pobreza global*. Lisboa: Temas e Debates, 2012.

BISPO, Romanul de Souza. *Democracia e desenvolvimento: Medições, associações, causa e efeito*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 93, p. 33-60, Set/Dez 2014. ISSN 1807-0175

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

COTANDA, F.; SILVA, M.; ALMEIDA, M.; ALVES, C. Processo de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, C.; GUAZZELLI, C.; *Ciências humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UnB, 2001.

DEATON, Angus. *A Grande Saída: Saúde, Riqueza e as origens da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: Os destinos das sociedades humanas*. 15ª ed. São Paulo: Record, 2017.

FREEDOM HOUSE, *Freedom in the world*, 2008. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report-types/freedom-world>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5ªed. Local: Contraponto, 2009.

GREEN, Duncan. *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo*. São Paulo: Cortez, 2009.

HERITAGE FOUNDATION, *Index of economic freedom*, 2008. Disponível em: <<https://www.heritage.org/index/explore>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

INGLEHART, Ronald; WEZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: Desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MADDISON, Angus. *The World Economy: A millennial perspective*. Paris: OECD, 2001.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel.; PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. Classifying political regimes in Latin America, 1945-1999. *Studies in Comparative International Development*, v. 36, n. 1, p. 37-65, 2001.

MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, 2010.

NORTH, Douglass. *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

\_\_\_\_\_. *Structure and Change in Economic History*. New York: W. W. Norton & Company, 1982.

O'DONNELL, Guillermo. *Delegative Democracies*. Kellogg Institute, 1992.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIPPA, Norris. *Driving Democracy: Do power-sharing institutions work?*. New York: Cambridge University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Virtuous Circle*. Massachusetts: Harvard University, 2010.

PNUD. *Human development indices and indicators*, 2018. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018\\_human\\_development\\_statistical\\_update.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf)>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

POWELL, B. *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven/Londres: Yale University press 2000.

PROL, Flávio. Instituições, desenvolvimento e inclusão. *Revista Direito GV*, São Paulo, n. 1, vol. 9, Jan/Jun 2013. ISSN 2317-6172

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*. New York: Cambridge University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. New York: Cambridge University Press, 1991.

REBELLO, Maurício Michel. *Partidos e governos nas sombras: Clareza de responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013.

SCHUMPETER, Joseph. *Socialismo, Capitalismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA, 4., 2014, Criciúma. *Algumas contribuições de Amartya Sen aos conceitos de “eficiência” e “equidade”*. Criciúma: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico / UDESC, 2014.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. 1ª ed. Companhia de bolso. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

TILLY, Charles. *Democracia*. São Paulo: Vozes, 2013.